

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: José Diniz Ano XXIX Abr. 2003 01/04/03 Nº 329 Preço 0,70

• **Porto**
Delegação organiza colóquio sobre Stress de Guerra em Vila Real

página 5

• **Viagens**
As delegações de Lisboa, Porto e Setúbal estão a organizar passeios com os associados

páginas 4, 6 e 8

• **Projecto Recolha**
A nossa história recente conta-se em duas palavras: faltam detalhes

página 17

• **Assembleia Geral**
Veja como chegar à Assembleia Geral Nacional Ordinária no mapa da

página 16



PORTE PAGO

Não impedida a guerra, reclamamos a paz imediata

página 20

CRPG
Novos Órgãos
Novos Projectos



página 18

Entrevista com o presidente da CM de Castelo Branco

página 7

Testemunho
Um amigo no Hospital Militar de Hamburgo



página 9

Relatório de Actividades e Contas de 2002

suplemento



Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes na Delegação do Porto

“A luz ao fundo do túnel”

página 5

Compromissos de resolução da matéria legislativa e da cedência do prédio da Rua de Francos, para integrar o futuro projecto da Delegação do Porto, reanimam diálogo com o Ministério da Defesa Nacional

Ano Europeu das Pessoas com Deficiência – 2003

A esperança que os deficientes não querem ver defraudada

centrais



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, ao abrigo da alínea a) do artigo 25º dos Estatutos, convoca todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Ordinária, a realizar pelas 14,00 horas, do dia 12 de Abril de 2003, na cidade de LEIRIA na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria – ESTG, sita em Morro do Lena – Alto Vieira (junto ao Continente), com a seguinte Ordem de Trabalhos:
Ponto Um - Ratificação da nomeação do associado n.º 248, Armando Ramos Alves, para o cargo de 3.º Secretário da Direcção Nacional;
Ponto Dois - Analisar e votar o Parecer do CN sobre a execução do orçamento de 2002 da ADFA (alínea c) do artigo 34º);
Ponto Três - Discussão e votação do Relatório de Actividades do CN, o Relatório e Contas da DN e analisar o Parecer do CFN (alínea b) do artigo 34º);
Ponto Quatro - Proposta de actualização de quotas para 2004 (alínea e) do artigo 34º);
Ponto Cinco - Análise e decisão sobre as auditorias à permuta das instalações e gestão corrente da Delegação de Coimbra, antes do seu encerramento pelo CN de 23 de Março de 2002;
Ponto Seis - Ponto da situação sobre Reivindicações Legislativas;
Ponto Sete - Informações da DN

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2003

A Mesa da Assembleia Geral Nacional
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício
(Presidente)

Pesca Desportiva

ADFA na zona da Ericeira

A equipa de pesca desportiva da Delegação da ADFA em Lisboa participou no segundo convívio de pesca de mar organizado pelo Centro Militar de Educação Física e Desportos (CMEFD), na costa oeste de Mafra, na zona da Ericeira, no dia 9 de Março.

Américo Monteiro, Alberto Moreira, Fernando Sousa, Jorge Neto, José Joaquim e Paulo Neto, foram os elementos da equipa que participaram desta vez, entre os outros 170 pescadores, de 19 clubes, que com eles formaram 21 equipas.

Apesar do esforço, a equipa na ADFA não se classificou nesta prova.

O prémio para o maior exemplar (1.655 pontos) foi para Anselmo Cavalinho, do APCAP de Colares, que também pescou a maior quantidade, com 16 exemplares.

O primeiro prémio na modalidade juvenil foi conquistado com 2.040 pontos e os prémios por equipas foram distribuídos ao APCAP Colares, à equipa da Tornada, ao Benfica de Torres Vedras e ao B. de Peniche.

O primeiro prémio individual foi para um pescador da APCAP, com 19.460 pontos; o segundo foi para o pescador do IVEL, com 15.960 pontos; o terceiro para Amorim S. Santos, com 12.180 pontos; o quarto para o pescador da Auto Reparadora da Paz, com 11.280 pontos e o quinto prémio foi ganho pelo



pescador da R. Torres, Lda., com 10.160 pontos.

Foi ainda disponibilizada pela organização uma charrete para um percurso turístico pela tapada de Mafra.

A seguir foi servida uma "monumental

feijoada" a todos os participantes, e durante o almoço decorreu uma demonstração da arte equestre, culminando na distribuição de prémios. *

RV

Breves

Novos Corpos Sociais da AOFA



No dia 24 de Fevereiro, teve lugar nas instalações do IASFA, em Oeiras, a tomada de posse dos novos Corpos Sociais eleitos da Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA), cerimónia em que a ADFA se fez representar pelo 1º secretário da DN e pelo director do ELO.

As presidências dos vários órgãos ficaram assim constituídas: Mesa da Assembleia Geral - major general Martins Rodrigues; Conselho Nacional - tenente coronel Alpedrinha Pires; Conselho Deontológico - general Loureiro dos Santos; Conselho Fiscal - coronel Borges Correia.

Em declarações ao ELO, o porta-voz da AOFA, coronel Tasso de Figueiredo realçou que os actuais Corpos Sociais são integrados maioritariamente, por oficiais jovens no activo (80 por cento), incluindo oficiais em regime de contrato e uma jovem oficial da Armada. O Conselho Deontológico continua a

ser integrado por prestigiados oficiais gerais.

A terminar a cerimónia usou de palavra o general Loureiro dos Santos, que elogiou o trabalho desenvolvido com paciência e persistência pelos anteriores Corpos Sociais, que contribuiu nomeadamente, para a revisão do art.º 31 da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, permitindo a completa institucionalização do associativismo militar.

JD

Lei das quotas

Realizou-se no dia 8 de Fevereiro, na Sede Nacional da ACAPO, em Lisboa, um encontro nacional de professores deficientes visuais, motivado por questões relacionadas com a, no seu entender, "incorrecta aplicação do DL 29/2001, de 3 de Fevereiro", vulgarmente conhecido por "Lei das Quotas".

Esta lei obriga a administração pública central, regional e local a guardar uma quota de emprego de cinco por cento em todos os concursos públicos cujo número de vagas colocadas a concurso, seja igual ou superior a dez. Segundo a ACAPO, "os concursos do pessoal docente da Direcção Geral da Administração Educativa (DGAE), superam, normalmente, este número de vagas, em todos os grupos de docência". No entender dos docentes presentes no encontro, "são legítimas as fortes apreensões e receios pelo continuado incumprimento" daquele diploma.

Foi recomendado à ACAPO que reivindicasse que "na aplicação deste DL seja

sempre tido em conta o número global de vagas por grupos de docência em toda e qualquer modalidade de recrutamento de docentes pelo Ministério da Educação". Foi ainda recomendado que aquela instituição procure, "por todos os meios, as indicações inequívocas de como se processará a aplicação deste DL e, a manter-se o seu injusto incumprimento, denunciá-lo junto das entidades competentes nacionais e internacionais, bem como da opinião pública". Foi entretanto enviado um comunicado, em 10 de Fevereiro, pela Direcção Nacional da ACAPO à Dr.ª Joana Orvalho, com conhecimento para o SNRIPD, DGAP, Provedoria de Justiça, SPGL e ASPL. *

RV

Corrida no Porto

No âmbito das comemorações do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, realizou-se no Porto uma corrida de uma milha, organizada pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) e pelo Governo Civil do Porto, no dia 15 de Março.

A iniciativa contou com a participação de vários atletas das instituições de e para pessoas portadoras de deficiência, participando também a população em geral.

A corrida teve como um dos seus objectivos "reforçar a mensagem de integração e inclusão de todos os cidadãos", como foi referido pela organização. *

RV

Agenda

Núcleo de Braga

No 1º Sábado de Abril, dia 5, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento, no infantário da Igreja Paroquial de São Lázaro, em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Aniversário da Delegação de Faro

No dia 5 de Abril, Sábado, tem lugar, no restaurante Caçarola, em Vila Real de Santo António, a festa de aniversário da Delegação de Faro. O preço é de 18,00 euros por pessoa.

Assembleia Geral Nacional

No dia 12 de Abril, Sábado, vai realizar-se a Assembleia Geral Nacional Ordinária, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria, em Morro do Lena, Alto Vieira (junto ao Continente).

Passeio a Benidorm

De 06 a 15 de Junho, a Delegação de Lisboa vai organizar um passeio de dez dias de férias a Benidorm.

Viagens da Delegação do Porto

A Delegação do Porto organiza em 2003 um conjunto de viagens, destinadas aos associados, familiares e amigos.

No dia 10 de Junho realiza-se um Cruzeiro no Rio Douro. O preço por pessoa é de 45 euros e as inscrições deverão fazer-se o mais breve possível visto que é necessário planear a viagem.

De 16 a 22 de Agosto decorre o passeio aos Açores. Estão abertas as inscrições no Serviço de Atendimento da Delegação.

A Delegação organiza a viagem em autocarro para os associados que queiram estar presentes na Assembleia Geral Nacional que vai ter lugar no dia 12 de Abril, em Leiria. A partida será pelas 09h30 junto à Delegação, estando prevista a chegada cerca das 23h00.

Trajeto do autocarro Europeu em Portugal

O autocarro do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência já tem delineado o seu percurso em Portugal, com entrada, em 31 de Março, por Elvas, e saída prevista para 15 de Abril, por Chaves.

Os locais por onde vai passar são os seguintes: Dia 31 de Março - Chegada do Autocarro a Elvas, a partir das 16.00h

Dia 01 de Abril - Évora
Dia 02 de Abril - Tavira
Dia 03 de Abril - Faro
Dia 04 de Abril - Portimão
Dia 05 de Abril - Almada (Pr. S. João Batista)
Dia 06 de Abril - Lisboa (Junto ao Museu da Cidade, no Campo Grande)
Dia 07 de Abril - Sintra
Dia 08 de Abril - Loures
Dia 09 de Abril - Vila Franca de Xira
Dia 10 de Abril - Cascais (J. Visconde da Luz)
Dia 11 de Abril - Leiria
Dia 12 de Abril - Coimbra (Praça 8 de Maio)
Dia 13 de Abril - Viseu (Rossio - P. República)
Dia 14 de Abril - Porto
Dia 15 de Abril - Chaves (Largo do Arrabalde)

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

Alexandrina Roque Mateus Lourenço
Diogo Lopes Rosa
Eduardo de Sousa
Joaquim Jaime dos Santos Carvalho
Jorge Manuel Duarte Fernandes
Luís Abílio Metelo Corveira
Maria Clara Fernandes
Maria José de Ascenção Santos Miguel
Pedro Fernandes Doro
Policarpo Augusto F. de Carvalho Praça
Valentim de Andrade Rodrigues



PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefones: 21 751 2600 / 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610 DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vilares, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Capela Gordo, Armando Alves, Orlando Correia DIRECTOR: José Diniz REDACÇÃO: Rafael Vicente (editor) - C. Profissional 5583, Farinho Lopes (fotografia) - C. Profissional 6234, Maria José Almeida (secretariado) COLABORARAM NESTE NÚMERO: Abel Fortuna, Francisco Janeiro, Helena Afonso, Inácio Grazina, Inês Soares Castro, Humberto Viveiros, Jaime Ferrer, João Gonçalves, João Nobre, José Faria, José Maia, Nuno Santa Clara, Rogério Sequeira. CORRESPONDENTES: Abel Fortuna (Porto), Aníques Carvalho (Famalicão), Domingos Seco (Bragança), Francisco Janeiro (Lisboa), Humberto Viveiros (Açores), José Faria (Setúbal), Abel Santos (Castelo Branco), João Gonçalves (Viseu), João Nobre (Madeira), Manuel Branco (Évora), Manuel Parracho (Coimbra), e Nicolau Rufino (Faro). ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara e Maria José Carriça. ASSINATURAS E PUBLICIDADE: Maria José Almeida, tel. 21 751 2632 CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem: João Conceição PRE-IMPRESSÃO Grafibarra, Artes Gráficas, Lda. Av. D. Vicente Afonso Valente, N.º 1 - 7.º C - 2625-215 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 MONTAGEM: Tipografia Escola da ADFA Lg. do Outeirinho da Amendoeira, 1100-386 Lisboa - Tel. 21 882 2480 IMPRESSÃO: Imprejournal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO: Centro de Produção de Material do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa Registo da Publicação no ICS: 105068/77 Depósito Legal: 99595/96 ASSINATURA ANUAL: 7,00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores. Tiragem deste número 9 000 ex.



Jaime Ferreri

Grande Plano

O Perigo do Saber...

"Foi o querer saber que fez o homem pecar... Insisto: não preconizo o analfabetismo sistemático; digo que a Instrução é um instrumento perigoso que não pode andar em todas as mãos. Como um explosivo. Como um veneno. Só num carácter são, ela é útil, ou pelo menos, inofensiva..." Alfredo Pimenta, 1927.

Não faltaria quem hoje desejasse glorificar, deste modo, a ignorância. No entanto existe como que um retorno ao passado, ou pelo menos uma quase garantia que a goela aberta de uma rádio, em directo e sem censura, nos deixa a sensação não ser este país do século XXI muito diferente do dos anos trinta. São tais os disparates debitados em nome duma comunicação democrática que somos forçados a pensar para que existiu ou existe a escola. Ainda há dias, num Forum da TSF, um cidadão descobria que tinham sido os "bandidos" dos funcionários públicos que tinham imposto o fisco aos privados... o que era uma injustiça pois os privados nunca tinham imposto um fisco aos funcionários públicos. Dito desta forma e fazendo um esforço para não desligar o botão, resta-me procurar a diferença... Nos anos 20/30, época do bom selvagem salazarista, a felicidade residia na enxada, na ruralidade, no viver simples mas humilde do campesinato... na não necessidade de escola, na não necessidade de saber.

Hoje parece nada ter mudado... Dêem ao povo "A Bola", "O RECORD", "O JOGO" e "A MARIA", tudo embrulhado em doses maciças de "anjos selvagens", de "parvoíces de famosos" ou de discursos de louva a guerra da Assembleia da República e toda a gente parece feliz.

Só assim realmente alguns políticos sobrevivem culpado dos males o funcionalismo público mas sem SABER para fazerem uma correcta reforma administrativa. Não é segredo para ninguém que a despesa pública aumenta desmedidamente, que a treta do déficit não passa mesmo duma treta, que as multinacionais se afastam do país levando consigo as benfeitorias das benesses que lhes foram atribuídas e nada resta

para os trabalhadores que ficam no desemprego. Confiar neste tipo de capital, orientado por salários de miséria, pela exploração dos mais fracos é fazer parte dos que sobrevivem pela ignorância ou pelo menos tem reduzidas aspirações quanto á promoção social através da educação.

O que é preciso é debitar opiniões como se fossem verdades os chorrilhos de disparates que se lançam pelos microfones da comunicação... É este o país das vidas reais onde se escancara o íntimo das pessoas pela vã glória de uns minutos de imagem. É este o país onde o que ontem era mentira hoje é verdade aceite e garantia dum futuro melhor... Neste deserto de ideias campeiam á descarada os profetas da demagogia. Vão tendo ouvintes porque para isso os preparam neste sistema sem oportunidades reais de uma efectiva ascensão á cultura e ao saber.

Quando este artigo for jornal terão corrido rios de tinta e de sangue na guerra anunciada... Talvez já tenhamos, nós os portugueses, alguma ideia sobre se valeu a pena o sacrificio da Terceira onde a declaração de guerra subjacente me faz sentir um português diminuído... e não me venham dizer que eu aprovo Saddam Hussein ... Não estou com os ditadores... mas também não estou com

O que é preciso é debitar opiniões como se fossem verdades os chorrilhos de disparates que se lançam pelos microfones da comunicação... É este o país das vidas reais onde se escancara o íntimo das pessoas pela vã glória de uns minutos de imagem.

os que simulam ser democratas não sendo senão criminosos de guerra a fazerem-se passar por virtuosos. Não há nada que justifique a guerra! Não há nada que desonre mais este país, nascido para a liberdade ao lutar contra uma guerra injusta, do que fazer a apologia da guerra contra a constituição da república, contra o supremo comandante das forças armadas, contra o sentir do povo.

Povo que desaprova mas cala, povo que enganado se contém... É o povo do meu país que é educado para ser manso, que é catequizado para se deixar dominar... Gastam-lhe a mente com ninharias e de engano em engano nada custa governá-lo. •

Episódios

Numa dessas peregrinações seguia um nosso associado moçambicano, bi-amputado dos membros inferiores, mas aparentemente em boa forma no restante. A ponto de ter estabelecido excelentes relações com uma enfermeira italiana, as quais levaram a um encontro clandestino numa dependência escusa.

Quando tudo parecia correr bem, à italiana pareceu ouvir um ruído no corredor, o que a pôs em sobressalto. Em bom italiano, disse ao seu parceiro: "Aspetta!", ou seja "espera". E insistiu. Só que a palavra portuguesa com o som mais aproximado tem um significado completamente diferente...

Neste desencontro de conceitos, a italiana fugiu, deixando o nosso homem em má postura e pose equívoca, da qual saiu para se queixar ao acompanhante. Na sua versão, a atitude da italiana era incompreensível: segundo ele, disse "espeta, espeta", e depois fugiu! •



Nuno Santa Clara

Linguística

As peregrinações de deficientes a Lourdes e Fátima nem sempre decorriam de modo estritamente católico. Não se interprete isso por falta de fé ou desrespeito, mas a juventude é a juventude, e para quem está fortemente limitado na sua movimentação, os períodos fora das celebrações religiosas eram sempre aproveitados para outras actividades.

Editorial

Primaveras de esperança



José Diniz

Estou indeciso se deva ocupar estas linhas a falar da guerra que se trava a milhares de quilómetros mas que entra a todo o momento, e em directo, nas nossas casas através da televisão, ou se deva falar da Primavera que também começou há poucos dias.

De guerra real e sentida no corpo já muitos de nós tiveram a sua conta e, melhor do que ninguém, podemos testemunhar a sua irracionalidade e estupidez, entristecendo-nos ver que o Homem continua a ser lobo de si mesmo. Em pleno século XXI já não devia verificar-se a máxima de Clausewitz que, no primeiro quartel do século XIX, defendia que "a guerra é a continuação da política por outros meios". Continuando a haver guerras só prova que a Humanidade ainda está muito longe da perfeição e que a paz universal e permanente ainda é uma utopia, apesar do diálogo político e diplomático ter feito grandes progressos, desde a II Guerra Mundial, no evitar de muitos conflitos.

Falar da Primavera parece ser irónico nos tempos que correm, mas ela aí está com toda a sua pujança e talvez constitua alguma razão de ser para alinhar umas ideias. Foi na Primavera que Abril trouxe a liberdade; foi na Primavera que a ADFA nasceu; é na Primavera que acontece uma esperança renovada, ano a ano, nas Assembleias Gerais da nossa Associação. Esperança de ver injustiças corrigidas e reivindicações satisfeitas; esperança de rever velhas amizades; esperança de ver a ADFA cada vez mais unida e forte. No próximo dia 12, mais uma vez se vai renovar essa esperança. Os tempos não têm sido fáceis e esta primavera associativa traz algumas nuvens no horizonte: talvez continuemos a ver injustiças; talvez não tornemos a ver um velho amigo; talvez as reivindicações satisfeitas fiquem aquém do prometido; talvez soem vozes de subversão. Apesar de tudo isso, a esperança não deve morrer nem deve ser toldada a beleza da Primavera. Tem sido com pequenos passos e, às vezes, à custa de retrocessos que, desde há milhares de anos, a Humanidade vem progredindo. E não podemos esquecer que é com o esforço de perfeição de cada um de nós que os outros, as instituições e o nosso Mundo se hão-de tornar melhores. •

Associados visitam Sede da Delegação dos Açores



Após terem participado na Assembleia Geral Ordinária da Delegação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, em Ponta Delgada, realizada no passado dia 22 de Fevereiro, alguns dos associados fizeram uma visita guiada com a presença do empreiteiro, à nova Sede, a fim de tomarem conhecimento do avançar dos trabalhos de remodelação. Para bem de todos os associados, está para breve a sua conclusão.

Foram vividos pelos visitantes alguns momentos de emoção, ao constatarem a transformação havida no edifício, e, como bonita e grandiosa vai ficar a nossa Sede. Mais ainda, porque muitos associados, ao apressarem-se para o almoço, não puderam beneficiar de tais momentos. Para marcar o acontecimento e para que possamos mais tarde recordar, foi o facto selado com esta foto. •

Obras de remodelação

Visita do secretário regional de Habitação e Equipamentos



Após convite formulado pela Direcção da Delegação dos Açores da ADFA, em Ponta Delgada, o secretário regional de Habitação e Equipamentos - Prof. Dr. José António Vieira da Silva Contente, quis honrar esta Delegação com a sua visita às obras de remodelação das instalações, a fim de se inteirar do seu andamento, uma vez que, parte do seu financiamento passa pela Secretaria por si tutelada. Está prevista a sua conclusão para os finais do próximo mês de Junho.

Enquanto decorria a visita, o Presidente da Delegação levava ao conhecimento deste governante regional, toda a dinâmica que aquele

espaço proporcionar à comunidade deficiente da Região Autónoma e não só, dando-lhe a conhecer alguns projectos que, com o empenho de todos, poderão, num futuro próximo, tornar-se realidade.

Após a visita, aquele alto dignitário, usando da palavra perante a Comunicação Social presente, regozijou-se pela obra apresentada por esta Delegação, tendo, também, manifestado a necessidade de alertar e mobilizar toda a sociedade para a problemática com que se debatem as pessoas com deficiência, comprometendo-se a cooperar, naquilo que as suas competências e atribuições lhe permitirem. •

Cultura e Lazer

Delegação de Setúbal organiza viagem a Marrocos

A Delegação de Setúbal está a organizar uma viagem a Marrocos, no circuito das Cidades Imperiais, de 25 de Abril a 1 de Maio.

No primeiro dia tem lugar o percurso Lisboa/Setúbal/Algeciras, com saída em direcção a Elvas, Badajoz, Zafra (com almoço livre), Sevilha, Jerês de La Frontera e Algeciras. O jantar e alojamento são no Hotel Almar (três estrelas).

No segundo dia, depois do pequeno almoço no hotel, saída em direcção ao cais, para embarque e travessia do estreito de Gibraltar em direcção a Ceuta (com paragem no centro). Depois do almoço o grupo sai em autocarro com destino a Fez. O jantar e alojamento são em hotel de quatro estrelas.

No terceiro dia, realiza-se uma visita de dia inteiro a Fez, a mais antiga das Cidades Imperiais, fundada em 808, como primeira capital política, religiosa, cultural e artística do país. A cidade divide-se em dois bairros: Fez El Bali (parte velha) e Fez

Jedid (parte nova). Destaque para a Mesquita, Universidade, Medina e as Medersas e os antigos centros religiosos.

A chegada ao hotel prevê-se para o final do dia, com jantar e alojamento em hotel de quatro estrelas.

No quarto dia, saída para Marrakech, com passagem por Immouzer El Kander e Azrou, vila berbere muito conhecida pela sua cooperativa de artesanato. Depois o grupo vai conhecer Beni-Melhal, em pleno coração da cadeia montanhosa do Atlas, onde nascem os mais belos rios de Marrocos e onde os vales alternam com serras profundas e grandes desfiladeiros. Depois do almoço, continua a viagem até Marrakech. Um hotel de quatro estrelas acolhe o grupo para jantar e alojamento.

No quinto dia o grupo efectua uma visita de dia inteiro nesta Cidade Imperial, fundada, no séc. XI, pelos berberes Almohades e Saaddiis, nómadas saharianos, arquitectos de luxuosos palácios, jardins e sumptuosas Mesquitas.

O grupo visita a Medina e a agitada praça Djemaa el Fna, e a partir daqui inicia-se o impressionante labirinto de Zukhs, que constitui o mercado típico local. Depois do almoço visita-se a deslumbrante Mesquita de la Koutubia e os jardins de Menara. Em hora a combinar, o grupo sairá em direcção ao grande restaurante Chez Alli para jantar, com possibilidade de assistir ao Espectáculo de Fantasia. Alojamento em hotel de quatro estrelas.

No sexto dia haverá tempo livre para compras, com saída em direcção a Casablanca. Após o almoço o grupo segue para a visita à Mesquita de Mohamed. Jantar e Alojamento em hotel de quatro estrelas.

No sétimo dia haverá uma visita panorâmica, percorrendo o Bairro Diplomático, o Palácio Real, a Torre de Hassan e o Mausoléu de Mohamed V.

Depois rumam a Tânger e fazem uma travessia de "ferry boat" com destino a Algeciras, com chegada ao final do dia ao hotel. Jantar e alojamento em hotel de três

estrelas.

No último dia, saída em direcção a Tarifa com algumas paragens técnicas no percurso até Sevilha. Ao almoço livre segue-se uma panorâmica pela cidade e a saída em direcção a Badajoz, Mora e chegada à cidade de origem.

Para crianças até 11 anos (desde que acompanhados no quarto para dois adultos) o preço é de 340,00 euros. Os adultos pagam, em quarto duplo, 675,00 euros. O suplemento individual é de 132,00 euros.

O preço inclui autocarro todo percurso, guias marroquinos, passagem de Ferry/Algeciras/Ceutas/Tânger/Algeciras, visitas durante itinerário, cinco noites em hotéis de quatro estrelas, duas noites em hotéis de três estrelas, regime de pensão completa, espectáculo Fantasia Chez Alli, entrada em três monumentos, seguro de viagem e delegado da Promartur. Todas as despesas com bebidas, tabacos, telefones e fax não estão incluídas no preço. •

RV

Quotas em dia, ELO em casa

O envio do ELO é um direito que todos os associados adquirem pelo facto de cumprirem as suas obrigações associativas, uma das quais é o pagamento atempado das quotas.

Por isso, caro associado, não se esqueça de regularizar as suas quotas.

GRUPO
CEO'S (SPCEM) OIIMPIOALIMENTAÇÃO, OIIMPIOVIDA
OIIMPIOALINHAOS, OIIMPIOALENTE, OIIMPIOALTURISMO DIR. GERAL/CEO'S

Clínicas Médicas "Amatus Lusitanus", Lda.

Sede Filiais

UD/SMP
(Urgências Dentárias e Serviço Médico Permanente)

Todos os dias Incluindo Sábados, Domingos e Feriados

APOIO DOMICILIÁRIO

ACORDOS

1. - ADME	12. - EUROPA ASSISTANCE
2. - ADSEP	13. - MEDIG
3. - ANJOS DA NOITE	14. - MAFRE ASSISTANCE SA
4. - CABLESADELPHI	15. - M. JUSTIÇA / IS
5. - CARES	16. - MULTICAREC. SEGUROS
6. - CGD/CITI	17. - PSP/SAD
7. - CIMPOR	18. - REFER / FEENVAE
8. - CRUZ VERMELHA	19. - SANS
9. - EDP / SAÍDA	20. - SANS QUADROS/SR
10. - EMPRESAS CREDENCIADAS	21. - SINTAP
11. - EURO SAÚDE	22. - WDA ALIANZE

Av. Carolina Michaëllies, 30 R/C B & C 2795-049 LINDA-A-VELHA Tel.: 21-414 69 90-Fax: 21-419 40 59-Tel-m: 96-464 97 47 OBRAS

Secretário de Estado visita as instalações da Delegação do Porto

"A luz ao fundo do túnel"

FABRÍCIO LOPES



Momento da visita do secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes

As instalações da Delegação do Porto foram visitadas pelo secretário de estado da Defesa e Antigos Combatentes (SEDAC), Henrique de Freitas, e pelo director-geral de Infra-estruturas do MDN, Bernardo Alabaça, no dia 19 de Março.

O presidente e 1º vice-presidente da DN e os elementos dos Órgãos Sociais da Delegação do Porto receberam as visitas, mostrando-lhes o Centro de Actividades Ocupacionais e as instalações da Delegação.

Estiveram também presentes o representante do presidente da Câmara Municipal do Porto e o presidente da Junta de Freguesia de Ramalde.



Sec. Estado da Defesa e Antigos Combatentes

O presidente da Direcção da Delegação do Porto, Abel Fortuna, abordou a história da Delegação, realçando que "temos um projecto que procura responder aos desafios dos problemas dos deficientes militares, mas também para servir a comunidade. É uma proposta para a inclusão".

O arquitecto Fernando Rocha, ao apresentar o novo projecto salientou que "o prédio da Rua de Francos é como que um eixo de toda a intervenção", destacando também o arruamento que vai ligar a Rua de Francos à Rua Pedro Hispano.

O director-geral de Infra-estruturas conheceu o projecto das novas instalações através de exposição em computador.

O presidente da DN ofereceu ao secretário de Estado um emblema da ADFA em prata durante a visita.

A visita culminou numa reunião com associados que conheceram a apresentação do projecto pelos arquitectos.

O SEDAC realçou o seu interesse, que garantiu pessoal, no desenvolvimento e construção do projecto de remodelação e ampliação das instalações da Delegação do Porto, tendo assegurado a cedência à ADFA da parte do edificio ali existente e que se vinha considerando como não incluída na portaria de cedência respectiva. "Trata-se de uma resolução, a implementar legalmente e em breve, que vem ao encontro ao defendido pela ADFA e às legítimas aspirações daquela Delegação", referiu o Patuleia Mendes.

O dirigente informou ainda que o secretário de Estado havia despachado as verbas para o funcionamento da ADFA e para o Núcleo de Moçambique.

"Neste momento tenho fundadas expectativas que o trabalho desta DN vai agora produzir os seus frutos", concluiu o presidente da ADFA, lembrando as promessas do ministro da Defesa Nacional em Famacião e que "a ADFA espera respostas".

Fruto de reuniões quer junto do gabinete daquela Secretaria de Estado, quer da Direcção-Geral de Pessoal e de Recrutamento Militar, Henrique de Freitas anunciou, também em declarações ao ELO, que despachara procedimentos junto da Secretaria de Estado do Orçamento para a aplicação do DL 134/97, "um compromisso do programa deste governo", conforme recordou. Informou ainda que despacho idêntico foi também produzido relativamente "à injustiça remuneratória efectuada aos militares das tropas pára-que-distas DFA que vêem ser cerceado o recebimento do subsidio aéreo pela totalidade dos seus semestres", em contradição ao espírito do DL 43/76.

Evidenciou ainda o empenho do MDN na elaboração do Estatuto do Deficiente Militar e na criação de condições de dignidade perante o avançar da idade dos deficientes militares, anunciando que a respeito se iria promover no dia seguinte uma reunião naquele ministério.

O secretário de Estado garantiu que, "com o trabalho de cerca de 100 pessoas, em 31 de Dezembro de 2003 estarão passadas as cer-

tidões" que decorrem dos requerimento apresentados no âmbito da Lei n.º 9/2002, esclarecendo que se trata de um "esforço financeiro muito significativo: Mas não faltaremos".

"Desta reunião, ressaltou o interesse do MDN em que a legislação a desenvolver, para além da compilação da diversa já existente, repare situações ainda existentes de manifesta injustiça, designadamente em relação aos deficientes militares de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, que serviram as Forças Armadas Portuguesas e que são credores por parte do reconhecimento da nação portuguesa, ainda que não tenham condições para, saindo dos seus países, se deslocarem a Portugal, para promover os respectivos processos de classificação", considera o dirigente da ADFA.

"Pretende-se ainda que do diploma em preparação se realce a incontestabilidade das decisões do MDN, por parte da CGA, uma velha e justa reivindicação da ADFA", recordou Patuleia Mendes.

Para aquele documento, agora em preparação base junto do gabinete do SEDAC, será chamada a participação dos três ramos das Forças Armadas e da ADFA.

"Parece fazer-se luz ao fundo do túnel, pois as promessas do ministro da Defesa nas comemorações do 28º aniversário em Famacião, a que o SEDAC fez questão chamar



Prédio da Rua de Francos

compromissos, estão a demonstrar ter pés para andar", acrescenta o presidente da DN.

"Perante esta abertura são providenciais as imagens dramáticas que chegam da "frente" do Iraque já que as de feridos e mortos em combate avivarão, ou informarão, as consciências de quem tem que equacionar o que são os efeitos directos da guerra e os que indirectamente estão relacionados com ela, numa nova abrangência da noção de acidente em campanha", continua.

O presidente da DN questiona: "como pode entender-se que não sejam decorridos da campanha os mortos e feridos das forças americanas, causados pelo lançamento de duas granadas por parte de um sargento das suas tropas? A ADFA entende este, como os acidentes de viação em zona operacional, como evidentes casos de ocorrência em campanha e não no mero serviço".

RV

Vila Real

Colóquio sobre Stress de Guerra

A ADFA, através da sua Delegação do Porto, vai realizar no dia 6 de Maio, em Vila Real, um colóquio sobre Stress pós Traumático de Guerra.

O Programa do evento, que vai ter lugar no auditório do Arquivo Distrital de Vila Real, é o seguinte: 14h00 - Recepção aos participantes e entrega de documentação; 14h30 - Abertura do Colóquio com passagem do vídeo: "Rede Nacional de Apoio"; 14h50 - Paineis I - Moderador: Patuleia Mendes, presidente da Direcção Nacional da ADFA; 14h55 - "Rede Nacional de Apoio" (Coordenador da RNA/MDN); 15h15 - "Caracterização do teatro de guerra, nos seus vários domínios" (coronel David Martelo, oficial na reserva e autor de diversas obras de carácter histórico, nomeadamente sobre a temática da Guerra Colonial); 15h35 - "O enquadramento legislativo antes e depois da criação da RNA" (Manuela Santos, jurista); Debate; 16h00 - Pausa para café; 16h15 - Paineis II - Moderador: Jerónimo de Sousa, director do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia; 16h20 - "A avaliação de casos" (Fausto Lourenço, psiquiatra, chefe de Serviço no Hospital Militar Regional n.º 1); 16h40 - "A equipa multidisciplinar" (Ana Conde, psicóloga); 17h00 - "A importância do Serviço Social no encaminhamento e apoio aos ex-combatentes afectados pelo Stress de Guerra e suas famílias" (Margarida Marques, Técnica de Serviço Social); Debate; 17h45 - Sessão de encerramento com apresentação de conclusões.

O Colóquio destina-se especialmente a técnicos dos Serviços de Saúde, incluindo clínicos gerais, psicólogos e psiquiatras, assim como técnicos de Serviço Social e autarcas.

Os associados que estiverem interessados em participar deverão igualmente efectuar a sua inscrição no Secretariado dos Serviços Clínicos da Delegação (228 347 202).

Comemoração do 25 de Abril

A Delegação do Porto vai assinalar o 29º Aniversário do "25 de Abril" com a realização de um programa que tem como objectivo realçar os valores da democracia, da liberdade e do associativismo como factor de desenvolvimento social e humano.

O Programa é o seguinte:

24 de Abril - 20h00 - Jantar evocativo do 25 de Abril, no refeitório da Delegação. No decorrer do jantar será apresentada uma comunicação pelo professor Helder Pacheco, subordinada ao tema: "Democracia e Associativismo na cidade do Porto". O final do jantar será animado pelo grupo "Amigos da Música" que apresentará alguns números do seu repertório musical.

25 de Abril - 10h00 - Cerimónia de hasteamento de bandeiras nas instalações da Delegação; 10h30 - Disputa do trofeu "Liberdade - 2003", no campo de jogos da Delegação.

Estão abertas as inscrições para o jantar no Serviço de Atendimento.

Instituto Português da Juventude

Exposição Sobre a Guerra Colonial, o 25 de Abril e a ADFA

No âmbito do ano 2003, Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, a Delegação da ADFA em Viseu promoveu, em colaboração com o Instituto Português da Juventude, uma exposição sobre "A Guerra Colonial, o 25 de Abril e a ADFA", que também celebra o Abril libertador e integra o 29º aniversário da ADFA.

As instalações do Instituto Português da Juventude, em Viseu, vão acolher a

exposição entre 1 de Abril e 4 de Maio.

"Para que Portugal não esqueça que a Guerra Colonial existiu, para que os erros do passado não se voltem a cometer no futuro, para que as gerações vindouras tenham conhecimento dos valores, do sacrifício de uma geração, dos efeitos da guerra, do valor da paz, da liberdade e da democracia, a ADFA em colaboração com o Instituto Português da Juventude, o apoio

da Câmara Municipal e do Governo Civil mostra esta exposição, que merece e deve ser divulgada e visitada por toda a população", refere a Direcção da Delegação.

Espera-se que entre os visitantes da exposição estejam a população escolar, os Institutos Superiores de Educação, os Politécnicos e outros. •

RV

Breves

Viseu IRS

Esteve a preenchimento o IRS, para entrega na Repartição de Finanças. Este mês está em preenchimento o IRS para os empresários em nome individual e para os que têm outros rendimentos. Todo o cidadão que tenha rendimento de trabalho ou de pensão acima do salário mínimo nacional é obrigado a preencher e entregar o IRS. Por isso, se ainda não o fez, faça-o quanto antes e dentro dos prazos para que mais tarde não venha a sofrer dissabores com pagamento de multa. •

Passeio-convívio

Este ano, o passeio-convívio da Delegação de Viseu vai ter lugar no dia 17 de Agosto, Domingo. "Uma ida a Fátima, com peregrinação aos Valinhos, um local muito bonito e aprazível, com missa no Santuário", esclarece o presidente da Direcção da Delegação de Viseu, João Gonçalves.

O almoço e lanche "pode e deve ser partilhado com o farnel que cada um saberá organizar". As inscrições podem efectuar-se até ao dia 1 de Agosto, na Sede da Delegação. •

Recolha de fundos

O peditério para a D. Laurentina mandar arranjar o telhado na sua casa e anexos já se encontra em movimento, com alguns dona-

tivos: António Pais Ferreira, 15 euros; Germano Coimbra de Sousa, 10 euros; Anónimo, 10 euros; João Gonçalves, 50 euros; Francisco Baptista, 20 euros; José Monteiro Palos e Manuel Gonçalves Facundo, 10 euros.

"Espera-se que com a ajuda de todos se consiga efectuar esta obra de necessidade para esta família tão carenciada. Com o nosso bem haja!", acrescenta a Direcção da Delegação. •

Porto Viagens em 2003

A Delegação do Porto organiza em 2003 um conjunto de viagens, destinadas aos associados, familiares e amigos.

No dia 10 de Junho realiza-se um Cruzeiro no Rio Douro. O preço por pessoa é de 45 euros e as inscrições deverão fazer-se o mais breve possível visto que é necessário planear a viagem.

De 16 a 22 de Agosto decorre o passeio aos Açores. Estão abertas as inscrições no Serviço de Atendimento da Delegação.

A Delegação organiza a viagem em autocarro para os associados que queiram estar presentes na Assembleia Geral Nacional que vai ter lugar no dia 12 de Abril, em Leiria.

A partida será pelas 09h30 junto à Delegação, estando prevista a chegada cerca das 23h00. •

Encontro de associados

Os associados dos concelhos de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim vão realizar o seu

convívio anual, estando a organização a cargo de Domingos Silva, Emilio Soares, João Ramos, Delfim Costa, Joaquim Sousa e Laurentino Barroso.

O Programa do Encontro é o seguinte:

11 de Abril - Abertura da Exposição "Viva a pintura" da autoria dos utentes do Centro de Actividades Ocupacionais da Delegação do Porto. Esta mostra estará aberta ao público até ao dia 19 de Abril, no Salão da Junta de Freguesia de Vila do Conde"

17 de Abril (Quinta-Feira Santa) - Jantar de confraternização no Restaurante "Aquário", na localidade de Azurara.

As inscrições para o jantar devem ser feitas junto dos elementos da comissão organizadora ou no Serviço de Atendimento (228347201). •

Madeira Encerramento da Delegação

A Delegação da Madeira vai encerrar no período de 21 a 24 de Abril, por motivos de férias da funcionária. •

Monumento ao Combatente

A Delegação da Madeira apela aos associados da sua área que compareçam no próximo dia 26 de Abril, às 16h00, à inauguração do Monumento ao Combatente Madeirense no Ultramar, organizada por uma comissão de antigos militares combatentes do Ultramar. O Monumento fica no Bairro da Nazaré, junto à mata situada perto da bomba de gasolina. •

Benefícios para associados Protocolos

A ADFA, através da Delegação de Famalicão e do Núcleo de Leiria, celebrou alguns protocolos para prestação de serviços e descontos aos associados, familiares e funcionários.

A Clipóvoa - Clínica Médica da Póvoa de Varzim, S.A., de Lugar de Penouces, Beiriz, Póvoa de Varzim, presta serviços de ambulatório, internamento e bloco operatório em todos os seus hospitais e ambulatórios, com desconto de dez por cento sobre a tabela em vigor (excepto nas ressonâncias magnéticas, tomografia axial computadorizada (TAC), farmácia, armazém geral, anatomia patológica ou outros exames não efectuados pela clínica).

Atendimento na Póvoa de Varzim (Lugar de Penouces, Beiriz), em Vila Nova de Cerveira (Estrada Nacional, 13, Vila Meã), em Amarante (Edifício Golfinho) e no Porto (R. Beato Inácio Azevedo, 61/85).

A Clínica Médico-Cirúrgica de Santa Tecla pratica um desconto de 15 por cento sobre a tabela de preços, no atendimento de clínica geral, quartos, enfermarias, salas de bloco operatório e partos e unidade de vigilância intensiva, medicina física e de reabilitação (tratamentos), exames auxiliares de diagnóstico, radiologia convencional, ecografia e osteodensitometria óssea.

O Hospital da Trofa presta, aos associados, às suas esposas, pais, filhos, genros/noras e netos, e aos funcionários da ADFA, cônjuges e filhos, "em termos de relacionamento preferencial e em condições economicamente mais favoráveis", serviços de consulta externa, urgência, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, fisioterapia, internamento e de blocos operatório e de partos, com um desconto de 15 por cento.

O acordo é extensível à Portoclínica, na Av. Fernão de Magalhães, Estádio das Antas, Porto.

O médico dentista Luís Claro, em Famalicão, efectua um desconto de dez por cento (nas consultas e tratamentos dentários) e de cinco por cento (em trabalhos de laboratório), aos associados e familiares com direito a ADM (com cartão de associado do titular e cartão de beneficiário das ADM).

A Ouroarte, de Famalicão, efectua um desconto de 15 por cento em armações, lentes e artigos de óptica.

A Optivisão - Óptica, Serviços e Investimento, S.A., atribui aos associados, familiares e funcionários descontos na aquisição de óculos graduados (aros e lentes), 20 por cento; lentes de contacto e óculos de sol, 15 por cento; outro material óptico, dez por cento; exames visuais, 20 por cento e prioridade na marcação. Na adaptação de lentes de contacto, oferta dos primeiros produtos de conservação, manutenção e esterilização de lentes, quando necessário.

Possibilidade de aquisição dos produtos (independentemente dos respectivos descontos) a crédito, em suaves prestações.

Nota: nos acordos com a Clipóvoa, Clínica de Santa Tecla e Hospital da Trofa é necessário cartão de assistência médica próprio, a solicitar pela Sede, delegações ou núcleos à Delegação de Famalicão.

Nos acordos com o dentista, com o oculista Ouroarte e com a Optivisão, basta apresentar o cartão de associado com quotas em dia.

A IMAGRAM - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda presta serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Sede da Delegação de Coimbra.

A Rosóptica - Óptica Médica, Lda, de Leiria, presta serviços aos associados, cônjuges e aos filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA, com 20 por cento de desconto nos artigos (lentes e armações).

A Freire, Meireles & Parente, Lda presta os seus serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, desde que estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Delegação de Coimbra. •

Protocolo ADFA/CASIFONE

A ADFA negociou com a Optimus condições especiais e exclusivas para os seus Associados:

10€ desconto s/PVP

Oferta de 25€ em chamadas em adicional a oferta standard

10 x 2,5€ nos primeiros 10 carregamentos completos efectuados

Condições aplicáveis a qualquer Boomerang, Livre, Zoom e Evolução, disponível no mercado quando adquirido através da ADFA

PROMOÇÃO SIEMENS FEVEREIRO 2002



Siemens A 38
59,90€



Siemens H 37
129,90€



Siemens S 24
169,90€

Adquira qualquer destes modelos com a oferta extra de 1 Kit de viatura de isqueiro c/carregador e auricular

Oferta válida durante o mês de Fevereiro de 2002
Os preços indicados incluem IVA e desconto ADFA

OPTIMUS
Aberto Global

Para mais informações contacte: Casifone - Rosa Jacinto Tel: 21 4358550/937910678 E-mail: casifone@mail.telep.ac.pt

Cupão de encomenda

Sócio nº _____

Nome: _____

Morada: _____

Localidade: _____ Código postal: _____

Equipamento pretendido

Marca: _____ Modelo: _____

Tarifário: _____ Evolução (nº antigo): _____

Juntar fotocópia de: cartão de sócio e cartão de contribuinte

Enviar para: Casifone, Lda.
Av. José Elias Garcia, 174
2745-143 QUELUZ

O presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco em entrevista ao ELO

"Continuaremos a dar à ADFA a nossa colaboração"

Joaquim Mourão Lopes Dias, presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, respondeu às perguntas do ELO sobre a relação da autarquia com os cidadãos portadores de deficiência e falou do apoio que a edilidade pode vir a prestar à ADFA

ELO - No âmbito do debate público sobre a questão das acessibilidades dos cidadãos portadores de deficiência aos centros urbanos, o que tem sido feito pela Autarquia de Castelo Branco, neste mandato, no que respeita ao derrube das barreiras arquitectónicas?

Joaquim Mourão Lopes Dias (JD) - No que respeita às preocupações com o derrube das barreiras arquitectónicas, a Câmara Municipal de Castelo Branco tem dedicado especial atenção ao cumprimento do Decreto-Lei 123/97, de 22 de Maio, sempre que faz a apreciação dos processos de urbanização e/ou loteamentos, submetidos ao licenciamento.

Na mesma linha de preocupações, e atendendo às necessidades específicas das

peças invisíveis, a Câmara procedeu à instalação de avisadores sonoros nas passadeiras controladas por semáforos.

ELO - Pode apontar exemplos de edifícios públicos que estejam já acessíveis aos cidadãos com mobilidade reduzida?

JD - A título de exemplo, aquando da remodelação do Cine-Teatro Avenida de Castelo Branco houve o cuidado de garantir a mobilidade aos cidadãos com mobilidade reduzida.

O mesmo aconteceu com o Mercado Coberto desta cidade, que teve recentemente obras de requalificação.

ELO - A Câmara Municipal de Cas-

telo Branco tem alguma estrutura dedicada aos cidadãos portadores de deficiência, à semelhança do que existe noutras Autarquias, como por exemplo: Conselho Municipal para as Pessoas com Deficiência ou Provedor para a Deficiência?

JD - Tendo em conta a dimensão populacional do nosso concelho, as diversas funções não se encontram excessivamente compartimentadas, pelo que, a estrutura

orgânica da Câmara, aprovada pela Assembleia Municipal, não contempla qualquer estrutura dedicada especificamente aos cidadãos portadores de deficiência, estan-

do as respectivas funções agregadas ao Sector da Acção Social.

ELO - Como classifica a intervenção da ADFA na cidade de Castelo Branco?

JD - A intervenção da ADFA em Cas-

telo Branco enquadra-se certamente na estratégia desenvolvida a nível nacional pela vossa Associação e procura dar satisfação aos anseios das Pessoas portadoras de Deficiência, com especial atenção para os Deficientes das Forças Armadas.

Consideramos positivas as acções levadas a efeito, como sejam os colóquios e seminários, com vista à sensibilização das entidades públicas e privadas, tendo em vista a solução dos problemas existentes.

ELO - Que apoios pode a Edilidade disponibilizar para as iniciativas da ADFA na área de Castelo Branco?

JD - Continuaremos a dar à ADFA a nossa colaboração, que poderá ser de apoio técnico e logístico, como a cedência de instalações para a sede. Seremos exigentes no cumprimento do Decreto Lei 123/97. E, de acordo com as disponibilidades financeiras da Câmara Municipal, estaremos sempre dispostos a colaborar em acções que venham a ser propostas e dinamizadas pela ADFA. •

Rafael Vicente



www.cm-castelobranco.pt

www.cm-castelobranco.pt

Ano Europeu da Pessoa com Deficiência

A Câmara Municipal apoia a Delegação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas de Castelo Branco



CASTELO BRANCO

Praga do Município, 6000-458 Castelo Branco

Tel.: 272 330 330 Fax: 272 330 324 E-mail: camara@cm-castelobranco.pt



Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

Projecto de intervenção do ISPA em parceria com as ONG

A Delegação de Lisboa aceitou o convite do Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) para integrar um projecto no âmbito do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, destinado a levar à prática os objectivos desta efeméride Europeia.

Entre outras realizações irão ser organizadas três conferências (Algarve, Porto e Lisboa), acções de informação em espaços públicos, efectuadas conjuntamente por estudantes universitários e pessoas com deficiência, bem como a oferta pelo ISPA de um curso gratuito pós- formação para cada ONG, tendo a Delegação de Lisboa inscrito já a psicóloga clínica, Teresa Infante, no Curso "Violência Doméstica", a iniciar no mês de Maio.

O Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) pretende também neste Ano Europeu das Pessoas com Deficiência dar o

seu contributo científico para a mudança de mentalidades e informação/ divulgação da problemática da deficiência, tendo para tal constituído uma comissão nacional em parceria com a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), a Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), a Associação Portuguesa de Deficientes (APD) e a Associação Portuguesa de Surdos (APS).

As actividades a desenvolver em 2003 pelo ISPA e pelas organizações de pessoas com deficiência têm como objectivo fundamental contribuir de uma forma concreta para a assumpção de princípios enquadramentos da cidadania devida às pessoas com deficiência e para a mudança de mentalidades em relação a estes.

Pretende-se, de acordo com os objectivos do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência,

promover uma discussão pública alargada nomeadamente com intervenção das Universidades, Associações de Estudantes e Personalidades de reconhecido mérito nas várias áreas do conhecimento sociocultural, político e científico.

"Temos como objectivo fundamental afirmar a cidadania que a Constituição da República Portuguesa confere a todos os cidadãos, criando as condições, através de um abaixo assinado, para que a Assembleia da República dê visibilidade à problemática da deficiência, através do agendamento de um debate específico que faça o levantamento da situação de exclusão, em que se encontram as pessoas com deficiência e os problemas com que se debatem as famílias portuguesas que têm no seu seio grandes deficientes", refere a Direcção da Delegação de Lisboa. •

Cultura e Lazer

Passeio a Aveiro reforça convívio associativo



No fim de semana de 8 e 9 de Março de 2003 a Delegação de Lisboa promoveu mais um passeio para associados, familiares e amigos, um mini-cruzeiro na Ria de Aveiro, que proporcionou

momentos de "grande beleza paisagística" e que "contribuiu para uma salutar convivência entre todos os presentes e que, apesar das devidas proporções, recordou a muitos de nós a

viagem marítima para a Guerra Colonial", referiu a organização.

Foi também recordado o escritor Bernardo Santareno que, "de uma maneira genial", descreveu a vida dura dos pescadores do bacalhau que dali saíam todos os anos para os mares frios do Norte.

A noite no Casino da Póvoa foi um espaço de convívio e uma vivência cultural sobre a vida do povo cubano, "que nos foi transmitida no inesquecível espectáculo de música e bailado".

A visita à Fábrica da Vista Alegre, em Ílhavo, onde o grupo conheceu um resumo do seu historial, sendo servida uma excelente refeição, mostrou que, "pelo menos naquela área de produção, Portugal continua a ser um dos melhores do mundo, produzindo peças de inegável qualidade e beleza, que contribuem para que a imagem de Portugal no exterior seja, nesta área, muito conceituada".

"No fim da viagem todos nós perguntamos ao Fernando Carvalho quando poderemos ter outro fim-de-semana tão agradável, onde a camaradagem e afectividade foi um traço comum", lembrou um dos participantes. •

Noite de fados em Fevereiro

Realizou-se no dia 28 de Fevereiro mais uma noite de fados, com a presença de mais de 100 pessoas, e que se arrastou até às três da manhã. Para os participantes "foi uma noite animada, já que se misturou o fado com algumas brincadeiras de carnaval". Os fadistas presentes salientaram a sua satisfação e a sua disponibilidade para actuarem para a ADFA, elogiando o ambiente criado, nomeadamente o silêncio mantido durante as actuações.

Destacou-se a jovem fadista Ana Sofia, que afirmou a sua satisfação em actuar para "heróis", frase que "caiu fundo nos presentes, pois, com isso, demonstrou que, apesar da sua juventude, sente o quanto sofreram e ainda sofrem muitos dos que se mutilaram na Guerra do Ultramar, principalmente nos nossos camaradas, grandes deficientes, residentes do Lar Militar que compareceram em número muito significativo". •



Passeio de férias a Benidorm

A Delegação de Lisboa, vai organizar um passeio de dez dias de férias a Benidorm, de 6 a 15 de Junho, com "excelentes visitas" a diversas cidades e locais de Espanha.

Vão ser "seis maravilhosos dias passados nas praias de Benidorm", com estada em hotéis de três estrelas, com pequenos almoços e refeições diárias completas. Estão incluídos o seguro de viagem, as taxas e os impostos.

O preço por pessoa é de 445,00 euros (single mais 116,00 euros) e as inscrições estão abertas. As reservas podem ser efectuadas pelo telefone 21 751 2600. •

Associado da Delegação de Lisboa

Não faltes na próxima Assembleia Geral Nacional que se realiza a 12 de Abril, em Leiria.

A Delegação assegura o transporte gratuito, com saída da Sede às 08h00. O almoço em restaurante custa 10,00 euros.

As inscrições efectuam-se pelo telefone 21 751 2665 ou fax 21 751 2611. •

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

UROLOGIA

médico: Dr. Paulo Vale
5ª feira - 9H00 (quinzenal)

GASTROENTEROLOGIA

médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos
4.ª - 9H00 (quinzenal)

FISIATRIA

médico: Dr. Barros Silva
4ª feira - 16H00

FISIOTERAPIA

técnico: Carlos Rodrigues
Todos os dias, das 9h00 às 13h00

ANÁLISES CLÍNICAS

6ª feira - 9H00 às 10H00

MEDICINA DENTÁRIA

Dr. José Eduardo Antunes
3ª feira das 9H00 às 13H00
e das 14H00 às 18H00

Marcações: Elizabete Maria

SERVIÇO PROTÉSICO

técnico de próteses dentárias: Carlos Lopes
4ª feira - 9H00

PSIQUIATRIA

médica: Dra. Margarida Botelho
6.ª - 8H00 às 12H00 (quinzenal)

PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA

Dr.ª Teresa Infante - Todos os dias
Atendimento a crianças, adolescentes, adultos;
orientação vocacional; associados e ex-combatentes afectados pelo Stress de Guerra.

Marcações: com a própria

CLÍNICA GERAL

médico: Dr. Fernando Brito,
2ª feira - 13H00 5ª feira - 13H15

APOIO AOS ASSOCIADOS

APOIO JURÍDICO

Dra. Inês Soares Castro
2.ª a 6.ª feira das 9H00 às 13H00

Marcações:

Secretaria/Atendimento (ver Horário e Telefone)
Tel.: 21 751 26 00 (Geral)

ACÇÃO SOCIAL

TCor Silvério Rodrigues e Dr.ª Vera Mouta
2ª feira das 09H00 às 18H00
3ª a 6ª feira das 09H00 às 12H30

HORÁRIO

Expediente 09h00 às 18h00
Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00
Serviço de Almoço das 12h15 às 14h30
Serviço de Bar das 9h00 às 18h00

Pedro Macedo, mais de 20 anos com os deficientes militares em Hamburgo

"Como se fosse um irmão"

FARINHO LOPES



Pedro Lopes de Macedo

"Uma vez fomos ver um jogo de futebol Vitória de Setúbal/Anderlecht e deslocámo-nos ao hotel onde nos entregariam os bilhetes. Encontrámos um português com quem conversámos sobre a nossa ida à bola. Vimos depois a nossa conversa exposta no jornal "A Bola". Era o jornalista Homero Serpa e falou nos deficientes militares que estavam em Hamburgo e que iam ao futebol. Isto trouxe-nos alguns problemas com a entidade militar."

O episódio é recordado com alguma emoção por Pedro Lopes de Macedo, 56 anos, amigo da ADFA que durante anos acompanhou as deslocações e estada dos deficientes militares no Hospital Militar de Hamburgo (HMH), primeiro como militar e depois como funcionário consular naquela cidade. A época não era propícia àquelas notícias, já que o regime não permitia a divulgação de informações sobre os deficientes militares em tratamento na Alemanha. A simples frase de Pedro Macedo que foi destacada no artigo, "que saudades eu tenho de um bacalhau cozido com batatas" valeu-lhe uma chamada de atenção por parte dos superiores, mas tudo foi ultrapassado.

Pedro Macedo falou com o ELO sobre o percurso que o levou a uma estreita ligação com os deficientes militares, que ainda hoje lhe permite encontrar por todo o País muitos amigos. Apesar de não conseguir recordar o nome de todos, ao encontrar as pessoas, lembra-se dos pormenores das suas deficiências. "Muitas vezes, estou a olhar para a pessoa e consigo lembrar-me da deficiência e do tipo de prótese que usa, uma vez que assistia às intervenções cirúrgicas em Hamburgo e a todo o processo de recuperação."

Em 1968 foi chamado a cumprir o serviço militar, tendo-lhe sido atribuída a especialidade de enfermeiro militar. Como foi o primeiro do curso de sargentos milicianos, pôde escolher a colocação no Hospital Militar Principal, em Lisboa, perto do local onde morava e ainda mora, sendo colocado no serviço de Fisioterapia.

"Fui chamado, em Dezembro de 1969, pelo Director do HMP, que me disse que ia acompanhar dois deficientes militares à Alemanha, podendo aproveitar para fazer um estágio nos serviços de Ortopedia e de Fisioterapia do Hospital de Hamburgo, por três meses", acrescenta.

Portugal, em guerra nas então províncias ultramarinas, tinha acordado com o Hospital Militar de Hamburgo, no sentido de enviar para tratamento e reabilitação os deficientes militares que a Guerra Colonial ia provocando.

Uma equipa extraordinária

Pedro Macedo recorda emocionado a equipa que tratava os deficientes militares portugueses. "O doutor Franz Traut (já falecido) foi a "mola" principal desta acção, bem como a fisioterapeuta Maltusch, que, durante 20 anos, trataram e reabilitaram os nossos militares feridos", salienta. Pedro Macedo refere o chefe da equipa médica de Hamburgo como um exemplo "extraordinário" de dedicação. Consulta os seus apontamentos para não esquecer ninguém. Refere também o doutor Moldt, também já falecido, o doutor Niehaus e a doutora Hammer.

"Foi o doutor Traut que me perguntou se gostaria de continuar a trabalhar em Hamburgo e, perante a minha resposta, por despacho do Ministro do Exército fiquei colocado no Hospital Militar de Hamburgo até nova ordem", sublinha. Depois dos 27 meses de serviço, sem férias, foi convidado a continuar por mais dois anos. Voltou a Portugal em Março de 1972, autorizado a regressar na sua viatura, com um itinerário que lhe foi enviado.

Entretanto soube que ia haver uma vaga no consulado em Hamburgo e candidatou-se, assumindo funções como secretário do consulado-geral.

Havia uma ligação entre as autoridades portuguesas e o Hospital Militar de Hamburgo que passou a ser efectuada por Pedro Macedo, a pedido do HMH.



"Cheguei a sonhar que era amputado"

Durante a sua intervenção junto dos deficientes militares e do HMH, Pedro Macedo acompanhou, não só as operações e o processo de reabilitação clínico, mas também as diversas actividades do dia-a-dia daqueles homens. Jorge Maurício, presidente da MAGN da ADFA, também esteve, em 1975, em Hamburgo. Destacou o "acompanhamento permanente nas consultas, nas casas de próteses, nos passeios, nos jantares, nas compras e nas suas visitas diárias". Segundo

Jorge Maurício, Pedro Macedo também acompanhava as viagens de ida para a Alemanha e o regresso dos deficientes militares.

"Cheguei a sonhar que era amputado"

"Sempre gostei de ajudar e era-me extremamente gratificante acompanhá-los", diz Pedro Macedo, que não esconde a saudade e a emoção das recordações. "Recebíamos jovens militares, meses após terem ficado deficientes, cheios de revolta", continua. Acrescenta alguns episódios que o marcaram, como "o de um jovem quase cego e bi-amputado de mãos, que nunca tinha ido ao médico antes da tropa. Não queria viver assim."

A experiência e o contacto eram tão profundos que "cheguei a sonhar que era amputado, que tinha perdido as pernas e que devia escolher as próteses", e acrescenta: "vivia permanentemente aquela realidade".

Via militares chegarem de cadeira de rodas, cegos e amputados, e percebia que precisavam de apoio em tudo. Hoje, constata que, "perto dos 60 anos, estes homens sentem pesar-lhes cada vez mais a sua deficiência" e que a recuperação é mais difícil - "a idade não perdoa".

Entre os muitos episódios que guarda na memória e que sempre partilha com os amigos, Pedro Macedo lembra-se de um que o marcou pela negativa. Um militar internado em Hamburgo comunicou ao pai, que trabalhava numa companhia de navegação holandesa, que tinha sido ferido, sem lhe explicar a gravidade da sua situação. "Foi difícil ver a reacção do pai. Não posso descrever o seu desgosto quando viu o estado do filho", diz, realçando as famílias que se desfizeram. "As separações de casais já com filhos deixavam-nos arrasados, a vida familiar

com satisfação.

Outro caso de que Pedro Macedo se recorda bem é o do um deficiente militar que trabalhava na agricultura e que de um ano para o outro "desfazia" as próteses. "O doutor Traut prescrevia-lhe as próteses com grande satisfação", salienta.

Pedro Macedo acrescenta ainda que "houve três deficientes militares que conheceram as suas mulheres em Hamburgo, constituíram família e que ainda hoje lá residem".

Sem fins-de-semana

Para o acompanhamento da situação dos militares portugueses não havia fins-de-semana. "No caso do actual presidente da Delegação do Porto, Abel Fortuna, para que pudesse deslocar-se de Hamburgo a Barcelona, na sequência do agravamento da sua situação, tratou-se de toda a burocracia durante o fim-de-semana", informa.

Com os amigos fala muito das vivências em Hamburgo. "Mesmo sem ter estado na guerra, tornei-me conhecedor dos pormenores, das localidades, dos termos, dos três teatros de operações, já que muitas das minhas conversas se prendiam à realidade dos militares e do conflito."

A ADFA tem solicitado a colaboração de Pedro Macedo, quer no apoio à recepção de ajudas técnicas vindas da Alemanha, quer como elemento integrado nas delegações da Associação à feira internacional de Reabilitação em Düsseldorf e ao Centro de Reabilitação de Cegos de Guerra, em Braunlage. "Conseguimos que eles recebam os cegos de guerra portugueses por um preço de 45 euros por dia", realça.

Vem à ADFA ao encontro dos amigos e lembra-se do ponto de encontro na missa, em Hamburgo, onde, aos domingos, mesmo os que não eram praticantes se esforçavam por estar juntos. "O capelão celebrava a eucaristia em 20 minutos e o evangelho era lido (por mim, às vezes) em português", o que cativava os militares para o convívio que se seguia.

Silvério Rodrigues, colaborador da Delegação de Lisboa, esteve em Hamburgo por quatro vezes, a primeira das quais por um ano. "Recebi dele um apoio fundamental e fui tratado como se fosse da família", diz, acrescentando que era muitas vezes convidado para frequentar a sua casa.

"O Pedro Macedo é para os meus filhos o "tio Pedro" e nas férias encontrávamo-nos mesmo na minha aldeia", salienta Silvério Rodrigues, que recorda o primeiro momento em Hamburgo, "quando lá cheguei sozinho e ele rapidamente se inteirou da minha situação".

"Para mim, o Pedro Macedo é como se fosse um irmão, pela sua dedicação", resume, deixando a ideia de que, para os jovens deficientes militares de então, como hoje, era fulcral o seu apoio, que se transformou em forte amizade.

Pedro Macedo é considerado pelos que o conhecem um exemplo de dedicação ampliado pelo facto de ter acompanhado a terrível situação dos jovens deficientes militares, na altura em que reaprenderam a viver. •

Rafael Vicente

Ano Europeu das Pessoas

Excerto da mensagem das organizações não governamentais

O direito à participação das pessoas com deficiência e suas organizações representativas foi reconhecido, apenas, a partir do último quartel do século XX.

Só em 1976, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou 1981 o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência sob o lema Total Participação e Igualdade.

Na Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência (1983 - 1992), as sociedades dos vários continentes tomaram consciência de que, no seu seio, viviam cidadãos afectados por várias desvantagens (hoje cerca de 600 milhões em todo o mundo e de 39 milhões na União Europeia) que, ao longo de séculos, foram sempre considerados como objectos passivos, receptores da caridade pública e de outros tipos de solidariedade numa óptica meramente assistencial.

Portugal não fugiu a esta maneira de olhar as pessoas com deficiência.

Pode mesmo afirmar-se que, só no pós - 25 de Abril, começámos a assistir a uma lenta mudança de mentalidades, sempre conquistada pelas pessoas com deficiência e suas famílias, e raramente assumida espontaneamente pelas pessoas ditas normais e pelas políticas dos vários governos.

Registe-se, no entanto, a criação em 1977 do Secretariado Nacional de Reabilitação (SNR), que constituiu um marco indelével e um instrumento pioneiro no espaço Europeu e

Mundial para a definição das políticas da deficiência.

Face aos exigentes desafios com que o Século XXI nos confronta, urge reformular as competências deste Organismo, o actual SNRIPD, como garante da coordenação das políticas transversais para esta área e suas soluções.

(...) O Movimento Associativo da área da deficiência constitui no início do 3º Milénio a força propulsora indispensável à conquista permanente da plena participação e cidadania.

(...) Na vida tudo se conquista com esforço e participação cívica empenhada.

Não podemos alienar em mãos "estranhas" os fundamentos do nosso protagonismo: as pessoas com deficiência não são sujeitos passivos moldáveis aos interesses sócio-políticos de uma qualquer conjuntura.

(...) 2003, o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência terá de fazer soar de novo os "sinos" da consciência cívica, devendo reforçar as expectativas de futuro e a consolidação do caminho já percorrido.

Isolados "somos frágeis árvores que qualquer aragem pode derrubar".

Juntos num Movimento Associativo livre, desempoeirado e criativo, podemos enfrentar o "novo mundo" que, apesar de competitivo, possui os instrumentos de informação e das novas tecnologias, as quais substituem total ou parcialmente as nossas desvantagens.

(...) A Cidadania que a Constituição Portuguesa nos confere, muitas vezes ignorada e desrespeitada, merece - neste Ano de 2003 - uma intervenção específica de Sua Excelência o Presidente da República, como mais alto Magistrado da Nação, e de Vossa Excelência Senhor Primeiro Ministro, como Chefe do Governo que, em cooperação com as Organizações não Governamentais da área da deficiência, dê visibilidade às pessoas com deficiência, aos seus problemas e aos de suas famílias.

Para além dos direitos constitucionais já consignados, apelamos à consciência da comunidade para que concretize condições de acessibilidade, no seu sentido mais amplo, e de habitação individual e protegida, muito em especial para os cidadãos com deficiências graves e profundas.

Estes princípios assumidos pela União Europeia na proclamação do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência vem consagrar finalmente o direito à inclusão e participação de milhões de Cidadãos Europeus, afectados por deficiências várias, no projecto sócio-político que pretendemos construir do Atlântico aos Urais.

Queremos que 2003 - Ano Europeu das Pessoas com Deficiência - constitua uma abertura para um futuro participado e feliz, fruto do trabalho de muitos e que a nossa geração de jovens com deficiência irá empenhadamente continuar. •

ADFA participa no Seminário em Faro

Acessibilidade, sociedade e turismo



Patuleia Mendes, presidente da Direcção Nacional, foi moderador do 2.º Painel

O anfiteatro da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, em Faro, acolheu o seminário "Acessibilidade, Sociedade e Turismo", organizado pela Comissão Nacional de Coordenação para o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência (AEPD), por aquela Escola Superior e pelo Governo Civil de Faro, no dia 13 de Março.

A ADFA também participou activamente, com a intervenção do presidente da Direcção

Nacional, Patuleia Mendes, como moderador do segundo painel, subordinado ao tema "O meio Arquitectónico Urbanístico na Qualidade de vida dos Residentes e Turistas". Este painel contou com a participação da engenheira Manuela Rosa, docente da Universidade do Algarve.

Patuleia Mendes falou dos deficientes das Forças Armadas e apresentou a ADFA como membro da Comissão Nacional de Coordenação

do AEPD. Salientou o historial das deficiências dos homens que voltaram feridos da Guerra Colonial e sublinhou a importância da participação de todos os sectores da sociedade na construção de cada vez maior inclusão e cidadania.

Manuela Rosa apresentou fotografias de exemplos de pessoas com mobilidade reduzida e dos turistas portadores de deficiência. Para esta engenheira, as barreiras existentes nas estruturas de apoio e de lazer algarvias são o obstáculos a maiores fontes de rendimento no sector do turismo.

Apresentando a evolução da participação das pessoas deficientes na sociedade, realçou os países nórdicos como exemplo do que foi feito como grande oportunidade de mercado.

Manuela Rosa referiu ainda a criação na Universidade do Algarve de um grupo de trabalho sobre a acessibilidade, lembrando que ainda se está a desenvolver pesquisa e formação nesta área.

Carlos Pereira, do SNRIPD, sublinhou as medidas legislativas existentes, na sua intervenção no primeiro painel. As acessibilidades foram outro dos temas em apreço por este orador que referiu que "não se pode criar civismo por decreto". Para ele a igualdade surge da atitude das pessoas.

Estiveram também presentes na assistência o 3º secretário da DN, António Capela Gordo, e o presidente da Direcção da Delegação de Faro, Nicolau Rufino. •

Seminário em Évora Barreiras Sociais à Inclusão

"Mais do que as barreiras físicas, são as barreiras sociais, culturais e psicológicas que se tornam o grande obstáculo às mudanças fundamentais que é necessário fazer face à pessoa com deficiência." Foi nesta perspectiva que decorreu o seminário subordinado ao tema "Barreiras Sociais à Inclusão da Pessoa com Deficiência", na Universidade de Évora, no dia 13 de Março.

Com uma primeira parte dedicada à identificação das barreiras sociais que contou com a participação de algumas pessoas deficientes, o encontro culminou na discussão com vista à ultrapassagem das barreiras.

O professor Manuel Ferreira Patrício proferiu uma conferência de abertura sobre as carreiras sociais e culturais perante a pessoa com deficiência e José Louro e Sara Baptista, portadores de deficiência, intervieram na primeira mesa, com uma perspectiva sobre as barreiras sociais. Alice Cabral proporcionou o ponto de vista das instituições sobre este problema.

Na segunda mesa, Rui Nascimento, Américo Paças e Teresa Andrade falaram da promoção da inclusão, destacando as vertentes educativa e profissional.

A presidente da Comissão Nacional de Coordenação para o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência destacou as medidas apresentadas pelo primeiro ministro na cerimónia oficial de abertura do Ano Europeu, em Lisboa, congratulando-se com a ampla participação dos jovens estudantes universitários no seminário. •

Comemorações no Porto

As comemorações do Ano Europeu das Pessoas Com Deficiência tiveram o seu início no distrito do Porto com a realização de uma cerimónia oficial no dia 15 de Março, no edifício da Alfândega do Porto.

A cerimónia constou de uma sessão solene presidida pelo ministro da Juventude e do Desporto, Hermínio Loureiro, tendo ainda participado na mesma o governador Civil do Porto, o presidente da Câmara do Porto, a presidente da Comissão Nacional de Coordenação para o Ano Europeu das Pessoas Com Deficiência, deputados da Assembleia da República, vereadores das câmaras municipais do distrito, dirigentes associativos e algumas centenas de pessoas com deficiência.

O meio milhar de pessoas que enchia o salão do edifício da Alfândega do Porto, assistiu às intervenções dos membros do Governo e da autarca do Porto que sublinharam a importância do evento e deixaram algumas mensagens quanto ao futuro. Porém, foram as palavras, em jeito de testemunho, de Abílio Cunha e Olívia Carneiro que, na qualidade de pessoas com deficiência, mais salientaram o significado e a importância de que se reveste o Ano Europeu das Pessoas Com Deficiência.

No final teve lugar no centro da cidade do Porto uma prova de atletismo que contou com a presença das atletas olímpicas Rosa Mota, Aurora Cunha e Fernanda Ribeiro. •

Relatório de Actividades e Contas da ADFA - 2002

INTRODUÇÃO

Estamos, perante a regularidade estatutária, na reunião da Assembleia Geral Nacional Ordinária do ano de 2003, para apresentação do Relatório de Actividades e Contas da DN, para que o Órgão mais importante da ADFA os aprecie e vote.

Este Relatório de Actividades corresponde ao desenvolvimento do trabalho proposto aos associados, nos objectivos do Programa Eleitoral dos Órgãos Sociais Nacionais, que apontou para o exercício de um mandato assente numa política financeira, que tendesse para o equilíbrio das contas da ADFA, em sequência de grande rigor e contenção orçamentais.

Houve, pois, que continuar o esforço geral da Sede e Delegações, numa filosofia de restrição, evitando-se realizações e investimentos, não assentes em "Receitas Extraordinárias", a única forma encontrada para se lhes poder fazer face.

Importa realçar a disponibilidade solidária das Delegações, porque o seu esforço de contenção e sacrifício financeiro foram primordiais para que toda a ADFA se tenha mantido em situação de sustentação.

A partir das presentes Contas, podem analisar-se autonomamente as relativas à Delegação de Lisboa, o que contribui para a clarificação das contas gerais da ADFA, numa relação de maior transparência e equilíbrio.

Deste Relatório sobressai, na continuidade da execução do presente mandato, a evolução dos objectivos de abertura e implantação, rumo à inovação, tanto a nível das novas tecnologias, como da racionalização dos quadros de pessoal e métodos de trabalho, o que levou a um estudo sério da estrutura de carreiras laborais de todos os trabalhadores da ADFA.

É este o primeiro ano em que as contas são apresentadas em Euros, inovação a que todos tivemos que nos adaptar, tendo-se procurado que este exercício pendesse para o equilíbrio financeiro.

Esse desiderato não foi alcançado, nomeadamente na Sede Nacional, mas concretizou-se, contudo, na generalidade das delegações, incluindo as de Castelo Branco e Coimbra, cujas contas estão apresentadas junto às nacionais, dado que, por decisão do seu encerramento, na reunião do Conselho Nacional de 23 de Março de 2002, a Direcção Nacional foi incumbida de geri-las a partir dessa data.

VIDA ASSOCIATIVA

Foi objectivo fundamental da DN, o prosseguimento dos bons níveis de entendimento associativo generalizado, em especial com todas as Delegações, tendo-se incentivado o seu imprescindível contributo, na definição das matérias da competência dos "executivos".

Esta relação foi obviamente mais próxima da Delegação de Lisboa, por virtude dos prós e contras da co-habitação espacial, o que não constituiu óbice profundo a que se tenha verificado uma real situação de serenidade institucional no seio da ADFA.

A DN, mais desligada do contacto directo com os associados, mas executando, com mais propriedade, as suas funções na dimensão nacional que a ADFA tem, incrementou o incentivo à desconcentração de actividades, tendo-as apoiado, acompanhado e estado presente nelas, participando na busca de apoios para a sua concretização, e levando o espírito de coesão, e a sua partilha, a toda a ADFA.

Para obter tal fim, continuaram a envidar-se esforços para que fosse possível levar, sobretudo às Delegações menos providas de tais actividades, a animação cultural que, por isso e no intuito da sua democratização, beneficiasse os associados mais arredados do seu acesso.

Não foi possível, um ano mais, criar condições para que os deficientes militares angolanos e guineenses, que lutaram sob a bandeira portuguesa, tenham constituído nos seus países e em organização sua, estruturas associativas ligadas à ADFA.

O núcleo de Maputo, porém, estreitou os seus laços com a nossa Associação, mercê dos contactos permanentes que manteve e da sua dinâmica própria:

Graças à presença do presidente da sua direcção em Portugal, o procedimento para deslocação dos deficientes militares, para tratamento e desenvolvimento de processos de classificação, foi estabilizado, a partir do seu abandono das antigas instalações do Anexo do HMP, na Rua de Artilharia 1. No entanto, sendo dignas as condições de vida dos que se encontram na Escola Militar de Electro-Mecânica, o mesmo não se pode dizer dos que estão instalados no Regimento de Transmissões;

Sobressai das actividades do Núcleo o acto eleitoral para os seus Órgãos Sociais, realizado em 26 de Outubro, e a cuja posse assistiu o actual Adido da Defesa, Contra Almirante Eurico Ferreira de Carvalho, que se vem demonstrando muito atento às actividades da ADFA, designadamente às daquele Núcleo.

Após a formalização da nomeação do actual Director do nosso jornal, aquele, conforme lhe está atribuído pelo regulamento redactorial do ELO, propôs à DN a nomeação dos elementos do conselho de colaboradores permanentes, cometimento da sua exclusiva responsabilidade, que a DN sancionou.

Face ao anormal funcionamento associativo das Delegações de Castelo Branco e Coimbra, o Conselho Nacional deliberou o seu encerramento, incumbindo a DN da respectiva gestão, e atribuiu-lhe a competência de nomear as respectivas Comissões Administrativas, delegando-lhe a responsabilidade da correspondente mobilização dos associados.

Relativamente a Castelo Branco, a sua normalidade encontra-se a caminho do alcance, por parte dos seus associados, muito motivados por múltiplas reuniões descentralizadas, que têm sido augúrio de nova e interessante intervenção social e de dinâmica associativa, no seu sentido absoluto, na preparação do futuro acto eleitoral, que se prevê livre, envolvido e democrático.

Quanto a Coimbra, o caso da permuta de instalações e a auditoria determinada às contas da Delegação não permitiram tanta tranquilidade no desenvolvimento das tarefas indicadas pelo CN.

Tendo sido exemplar a colaboração e trabalho da sua Comissão Administrativa, o ambiente, que ali se viveu, não permitiu chegar tão rapidamente à estabilidade associativa.

Espera-se ter finalizados, durante o primeiro trimestre de 2003, os relatórios competentes das auditorias, solicitadas pela DN, relativamente às questões das permutas de instalações e contas da Delegação.

Para lá da presença, e participação possível, nas realizações de todas as Delegações, conforme antes ficou expresso, a DN

empenhou-se especialmente na concretização dos seguintes eventos:

Realização de dois Simpósios, dedicados ao Distúrbio Pós-Traumático do Stress de Guerra, que integraram entidades relacionadas com a Comissão de Acompanhamento da respectiva Rede Nacional de Apoio, técnicos das áreas de psiquiatria, psicologia, clínica geral e apoio social, onde se equacionaram formas inovadoras e eficazes, de prestação de acompanhamento aos afectados por aquela patologia;

O ocorrido em Lisboa, em 21 de Fevereiro, contou com a presença do então Ministro da Defesa, Dr. Rui Pena, e o acontecido em Ponta Delgada em 26 de Julho, nos Açores, levou, pela primeira vez àquela Região, o actual Ministro de Estado e da Defesa Nacional, Dr. Paulo Portas.

A comemoração do 28.º Aniversário da ADFA decorreu, com grande impacto, em Vila Nova de Famalicão, com colóquios nas escolas do concelho, espectáculos culturais, sessão solene e colóquio público, para lá de actividades associativas;

Das celebrações realçam-se as do dia 19 de Maio, com visita às instalações da Delegação, Museu da Guerra Colonial, homenagem aos mortos, missa de sufrágio, e convívio, que juntou cerca de mil associados e familiares;

Nas actividades daquele dia, integraram-se o Ministro de Estado e da Defesa Nacional, o Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, o Comandante da Região Militar Norte, e entidades locais, das quais se evidencia o Presidente da Câmara Municipal.

A organização, na Sede Nacional, do 28.º aniversário do Jornal "ELO", de cuja envolvimento avulta uma sessão de fados de Coimbra, durante o convívio associativo de 23 de Novembro, e um encontro com órgãos da imprensa militar, decorrido a 26 do mesmo mês.

LEGISLAÇÃO

A ADFA empenhou-se em continuar a aplicar todas as suas capacidades, nesta matéria, na defesa dos objectivos constantes do caderno reivindicativo "Elenco de Medidas a Adoptar", em cuja evolução prática pouco se avançou no ano de 2002.

O ano, dividido entre duas legislaturas e duas equipas governamentais, uma demitida, outra totalmente nova, não permitiu a estabilidade de relacionamento e confiança, para que as matérias legislativas tivessem merecido tomada de medidas claras, por parte do governo.

Nesse sentido, para além de outras iniciativas, ressaltam-se:

O ofício dirigido ao Primeiro-Ministro, em Abril e Carta Aberta do mesmo mês endereçada ao

Ministro de Estado e da Defesa Nacional;

Audiências concedidas pelo Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, em 23 de Abril e 25 de Outubro;

A assinatura, entre o Ministério da Defesa Nacional e a ADFA, do protocolo para a integração da nossa Associação, como ONG, na Rede Nacional de Acompanhamento ao Stress de Guerra, permitiu um papel subalterno, longíquo das capacidades e credibilidade da ADFA nesta matéria, que desenvolve há mais de quinze anos. A sua adequação às virtualidades e competências da ADFA sofreram delongas e evasivas que deixaram ficar as coisas na mesma, até ao final do ano, sem garantias firmes de que será renovado e alterado, no eventual segundo ano de vigência;

A legítima esperança que incutiram nos associados da ADFA, os compromissos expressos publicamente pelo Ministro da Defesa Nacional na alocução do convívio do nosso 28.º Aniversário, em Vila Nova de Famalicão;

A publicação da Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, relativa à contagem de tempo da prestação de serviço militar em Angola, Guiné e Moçambique, ainda não foi regulamentada, e embora com promessas de que, quando o for, o venha a evitar, o certo é que permite à Caixa Geral de Aposentações continuar a ler aquela lei, entendendo-a como não aplicável aos deficientes militares (Memorando sobre esta matéria e a prestação de serviço à administração pública por deficientes militares, antes da sua incorporação nas Forças Armadas, enviado ao MDN em 26 de Setembro).

Finalmente, por influência do Ministério da Defesa Nacional, o Ministério das Finanças sancionou o entendimento que a ADFA sempre defendeu, em contraponto à prática da Caixa Geral de Aposentações, de que o cálculo das Pensões de Preço de Sangue dos herdeiros dos DFA, na melhor interpretação do decreto-lei n.º 466/99 de 06 de Novembro, se reporta ao montante da pensão ou reforma que aqueles recebiam à data do seu falecimento. O curto tempo decorrido sobre a produção da correspondente decisão (despacho do Secretário de Estado do Orçamento, exarado em 26 de Julho de 2002) ainda não permite assegurar a limpidez do respectivo acolhimento, por parte da CGA.

Não deixou a DN, sem resultados palpáveis em 2002, de insistir permanentemente junto do MDN, em questões prementes do "Elenco de Medidas a Adoptar", sinopse fundamentada das Conclusões do IV Congresso, num esforço persistente, mas vácuo de respostas legislativas publicadas. De tais matérias propostas para

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupas Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

RELATORIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 2002

negociação, a DN destaca as seguintes:

Reconhecimento dos direitos dos deficientes militares e civis das nossas Forças Armadas, que não usufruem da nacionalidade portuguesa, mesmo que mantenham residência nos seus países de origem;

Durante o ano foi possível convencer o MDN a acolher a proposta da ADFA, para a publicação de um diploma que reabra o prazo que permita aos milícias a apresentação de requerimentos, para a sua classificação como Deficientes Civis das Forças Armadas (DCFA); aquele Ministério preparou a correspondente proposta de decreto-lei, remetido para análise do Ministério das Finanças, em Agosto de 2002 o qual, até ao momento, não lhe deu qualquer avanço.

Elenco das questões apresentadas ao Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, com evolução muito discreta, até ao final do ano de 2002:

Negociação de uma nova abrangência da noção de acidente ocorrido em campanha, para que rapidamente se desfaçam injustiças, aplicadas a militares feridos nos mesmos incidentes, e que o risco intenso, que se viveu no teatro de guerra, seja a razão óbvia para que sejam classificadas, como decorridas de campanha, diversas ocorrências incapacitantes, injustamente enquadradas como originárias do mero serviço (Memorando enviado ao MDN em 18 de Julho);

Revogação do decreto-lei n.º 503/99, de 20NOV, na parte da sua aplicação aos militares, especificamente o seu art.º 55.º;

Em sequência de tal acto, procura de condições objectivas para a evolução dos estudos, já mandados avançar pelo mesmo Secretário de Estado, e que levem à aprovação e publicação de um diploma estruturante, que integre toda a legislação avulsa e dispersa, relativa a deficientes militares; em suma, o reclamado "Estatuto do Deficiente Militar" (Memorando entregue em mão em audiência com o Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes);

Reivindicação, para que nele sejam consignados os direitos constantes das conclusões do IV Congresso;

Defesa do documento já elaborado, para que a aplicação do decreto-lei n.º 134/97, de 30 de Maio, seja extensiva a todos os DFA's, sem constrangimentos de classes ou postos (Memorandos apresentados em audiência com o Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes);

Reivindicação da colocação de todos os DFA's, independentemente da sua ascensão aos postos a que tiverem direito, no último escalão das correspondentes escalas indiciárias;

Insistência, na vertente da dignificação do atendimento e internamento nos hospitais militares, sobretudo para os nossos associados, oriundos da classe de praças;

Abaixamento para 60% do limite inferior de incapacidade, para que seja reconhecida a classificação de Grande Deficiente do Serviço

Efectivo Normal (GDSEN);

Firmeza no reclamar, para todos os deficientes militares, a possibilidade de abertura e reabertura dos seus processos, a todo o tempo, sem limites para poderem ser presentes a novas Juntas Médicas Militares ou da Caixa Geral de Aposentações;

Reparação definitiva da injustiça que permite que alguns DFA, oriundos das tropas pára-quedistas, não recebam por inteiro a sua prestação de subsídio aéreo (Memorando apresentado em audiência com o Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes).

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAS

A ADFA continuou a insistir na aposta da reconversão, para que se cimente a sua sobrevivência a nível nacional.

A presente estrutura, com mais hipóteses de apreciação, nomeadamente com o normal funcionamento da Delegação de Lisboa, veio pôr em evidência uma série de questões, com referência às quais é urgente redefinir o enquadramento da sua manutenção, e formas operacionais de financiamento e recursos humanos, que já permitem avistar o modo como a actual configuração deverá ser encarada no futuro.

Envidámos esforços, embora conscientes de estar longe do objectivo, para que o compromisso eleitoral de que a situação financeira da ADFA tenda para o equilíbrio no final de 2003, o que, continuando a exigir esforço, se apresenta como atingível.

Insistimos em não permitir que a descapitalização desregrada do sector produtivo, em suporte das debilidades da gestão associativa, constituísse forma pouco clara de demonstrar resultados.

Apostou-se, um ano mais, na via do desenvolvimento da Tipografia-Escola que, com o produto do trabalho dos profissionais que a servem, ampliou as suas reservas, apesar do encargo que lhe está cometido do pagamento "leasing", do novo equipamento de que carecia, há tempo, e que a DN adquirira no ano de 2001.

Tal pagamento não impediu um exercício corrente positivo, embora aquela unidade venha a ser confrontada com a instabilidade de uma nova mudança de instalações, desta vez, e segundo se espera, para edifício pertencente à ADFA.

Insistimos, por princípio e opção clara, na política de contenção dos gastos, exemplo que se viu seguido pelas Delegações, tal como a filosofia de empenhamento geral, que, vai interiorizando o processo permanente de combate ao facilitismo e ao desperdício.

Apesar de problemas de percurso, aos quais não é estranho o facto dos baixos custos da sua aplicação, está cumprida a proposta tarefa da modernização informática, que permitiu a sonhada ligação entre a Sede e todas as Delegações, e entre estas, no desenvolvimento de um projecto do "Programa Acesso", do Ministério da Ciência e Tecnologia.

No campo informático em 2002, conseguiu-se:

- Consolidar o projecto ADFA Digital e a Aplicação GIS em todas as Delegações que tiveram capacidade operacional e humana para a correspondente ligação;

- Reiniciar a actualização da página da Internet e fornecer também a edição do Elo, em suporte informático;

- Desenvolver-se, aprovados os respectivos concursos pelas entidades competentes, a instalação do projecto "Convívio Virtual", que se espera totalmente operacional no primeiro trimestre de 2003;

Em conclusão, a nível informático foram promovidas melhorias que, já implementadas, permitirão um controlo e dimensionamento inovadores das actividades da ADFA, em especial o correio electrónico, o programa de Gestão Informática dos Sócios (GIS), a gestão, junto da Caixa Geral de Depósitos, dos programas de quotas e dos serviços GALP-Frota, tal como a emissão de etiquetas de associados pendentes, assinantes e entidades a quem é endereçado o "ELO".

REABILITAÇÃO E APOIO SOCIAL

Insistiu-se francamente na função solidária da ADFA, de pendor genuinamente humano!

Porém, ainda não se alcançaram os desejados níveis nesta matéria, a nível nacional, de molde a que se levasse apoio domiciliário, social e de saúde aos associados mais carenciados.

Os objectivos, para que tal se consume, passarão, em estudo que está em marcha entre a ADFA e o Ministério da Defesa Nacional, pela celebração de um protocolo, que abranja as diversas vertentes em causa, entre os Ministérios da Defesa Nacional, da Segurança Social e do Trabalho e da Saúde, e a nossa Associação;

- Pelo equacionamento de serviços prestados naquelas áreas, directamente pela ADFA, à qual em projectos específicos, e só para a sua execução, poderá ser equiparada a IPSS;

- Pela constituição de parcerias, com ONG's já colocadas no terreno, através de cuja intervenção para tal prestação devem ser elaborados protocolos de apoio, enquadrados em formas de financiamento próprias, derivadas do citado protocolo entre a ADFA e os Ministérios aludidos.

Iniciou-se o equacionamento das actuais e futuras carências, a nível de apoio domiciliário e residência protegida, para que o deficiente, sempre que possível, só em situação de elevada necessidade tenha que abandonar o seu lar, mas não a família e a envolvência social onde se encontra radicado.

As Delegações, dentro do protocolo a desenvolver, deverão proceder, na medida das suas capacidades, ao levantamento das situações notáveis no terreno.

A DN desenvolveu o seu critério de confiança na experiência do CRPG, cuja prestação de

reabilitação e sócio-profissional se ressalta e se viu reconhecida também, pelo Primeiro-Ministro António Guterres, aquando da visita que ali efectuou, em 11 de Janeiro de 2002.

Da experiência evolutiva do conhecimento do Centro, a DN vai insistir em aperfeiçoar a sua participação nele, e aproveitar a qualidade e competências do seu "know how", para outras futuras realidades na área da reabilitação, que a ADFA venha a implementar em Portugal ou no estrangeiro, designadamente nos países lusófonos.

A intervenção directa, nestas vertentes sociais e da reabilitação, são o dever de uma Associação, à qual cabe o mais eficaz acompanhamento do agravamento das situações físicas e psicológicas dos associados, sem perder de vista a sua função solidária, para com a restante população deficiente.

A ADFA, organização pioneira na divulgação e acompanhamento do "stress" de guerra, continuou a desenvolver trabalho nessa sensível área.

Com base na experiência adquirida, e em desenvolvimento em Lisboa, Porto, Famalicão, Coimbra e Viseu, onde vinham decorrendo consultas de despiste e tratamento, pretendeu manter-se o acompanhamento em curso e alargá-lo ao maior número possível de Delegações.

Com a inclusão da ADFA, como ONG, na "Rede Nacional de Apoio", através da celebração do protocolo específico com o MDN, em 4 de Fevereiro, a DN acreditou encontrarem-se reunidas as condições para que tal acontecesse. As expectativas porém não se confirmaram, dado que, por circunstâncias alheias à ADFA, a parte de despiste, tratamento e acompanhamento não lhe foi protocolada.

Coube formalmente à nossa Associação a vertente da informação sobre a patologia e sua divulgação, à qual, dentro do plano de actividades do protocolo assinado, não se negou empenho.

Assim, e por iniciativa da DN, em colaboração de outras estruturas associativas, organizaram-se os encontros seguintes, para a divulgação do contributo da ADFA em tão complexa e melindrosa matéria da saúde mental, os quais contribuíram, com a participação de entidades, técnicos e associações, com trabalho reconhecido na matéria, para a clarificação dos constrangimentos e virtualidades, detectados na aplicação da legislação que suporta o funcionamento da citada "Rede Nacional de Apoio":

Simpósio internacional, ocorrido no Instituto da Defesa Nacional, em 21 de Fevereiro;

Simpósio na Região Autónoma dos Açores, nas instalações da Universidade Regional de Ponta Delgada, em 27 de Julho; e,

Encontro técnico, a decorrer em Janeiro, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, em Leiria;

A Delegação do Porto, por seu lado, levou a efeito colóquios sobre a matéria nos seis concelhos do "Alto Tâmega" de 18 a 20 de Novembro.

A ADFA, entre outras reuniões subordinadas ao tema do "stress", foi interveniente nos "workshops" que os Ministérios da Defesa Nacional e da Saúde promoveram em Lisboa, Coimbra e Porto, nos dias 4, 5 e 12 de Novembro, respectivamente.

Contrariamente à nossa vontade objectivamente expressa, não reuniu durante todo o ano de 2002, o Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas, tendo a ADFA participado, como observadora, nas diversas reuniões do Conselho Consultivo dos Antigos Combatentes.

Não foi tão objectiva e produtiva, quanto a DN pretendeu, a relação entre a ADFA e a Cruz Vermelha Portuguesa, designadamente no que se referiu à utilização do Lar Militar por parte de Grandes Deficientes, cujo internamento ali esbarrou com dificuldades que ultrapassaram os fins a que o Lar se destina e para os quais foi criado.

A ADFA, em cooperação com a ACAPO - Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, acolheu na Sede Nacional, em Julho, a apresentação do implante do "Olho electrónico", tecnologia de ponta que abre grandes horizontes aos deficientes visuais profundos, em apresentação do seu criador Dr. William Dobelle e do representante em Portugal, Dr. João Lobo Antunes.

Dada a alteração do elenco governativo, por força do acto eleitoral legislativo nacional, a DN remeteu ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho, em Julho, um documento subordinado

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (Un. euros)

SEDE

CÓDIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	2002	2001	CÓDIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	2002	2001
61	Custo das Mercadorias Vendidas		44.009,70	71	Vendas de Mercadorias		
				72	Prestação de Serviços	3.787,90	125.482,58
		0,00	44.009,70		Variação da Produção		
62	Fornecimentos e Serviços Externos	559.839,74	493.827,71			3.787,90	125.482,58
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	162.268,23	285.658,92	73	Proveitos Suplementares	1.878,07	13.187,98
645	Encargos Sociais	26.263,45	58.325,46	74	Subsídios à Exploração	523.314,54	536.367,11
				76	Outros Proveitos Operacionais		
		748.371,42	837.812,09		Quotização		75.489,21
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	79.029,08	129.714,49		Outros Proveitos	513.892,61	290.429,19
67	Provisões do Exercício					1.039.085,22	915.473,48
		79.029,08	129.714,49				
				78	Proveitos e Ganhos Financeiros		
					Outros Juros e Proveitos Similares	2.461,75	1.539,99
63	Impostos	2,54	133,02			2.461,75	1.539,99
65	Outros Custos Operacionais	268.342,77	151.104,66				
		268.342,77	151.104,66				
				79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	602,49	57.667,16
68	Custos Financeiros						
	Juros e Custos Similares	3.150,95	3.522,46				
		3.150,95	3.522,46				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	120.789,89	66.630,78				
88	Resultado Líquido do Exercício	-173.749,29	-132.763,98				
	TOTAL DO DÉBITO	1.045.937,36	1.100.163,22		TOTAL DO CRÉDITO	1.045.937,36	1.100.163,22

RELATORIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 2002

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS BALANÇO—SEDE (Un. euros)

CÓDIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	2002			2001	CÓDIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2002 PASSIVO LÍQUIDO	2001 LÍQUIDO
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. E PROVIS.	LÍQUIDO					
	IMOBILIZADO								
	Imobilizações Financeiras						CAPITAL PRÓPRIO		
411	Partes de Capital	2.992,79	0,00	2.992,79	2.992,78				
	Imobilizações Corpóreas								
422	Edifícios e Outras Construções	2.886.749,37	349.981,32	2.536.768,05	2.537.202,00	571	Reservas	3.228.092,35	
423	Equipamento Básico	173.562,18	150.764,78	22.797,40	46.776,08	59	Resultados Transitados	-132.763,98	
424	Equipamento de Transporte	49.878,26	38.931,90	10.946,36	14.927,19			-209.527,50	
425	Ferramentas e Utensílios	11.570,56	11.570,56	0,00	2.578,39				
426	Equipamento Administrativo	431.961,88	371.632,40	60.329,48	63.019,01			3.095.328,37	
429	Outras Imobilizações Corpóreas	13.466,61	13.466,61	0,00	0,00	88	Resultado Líquido do Exercício	-173.749,29	
441	Imobilizações em Curso	415.599,57	0,00	415.599,57	166.200,61			-132.763,98	
		3.985.781,22	936.347,57	3.049.433,65	2.833.696,07		Total do Capital Próprio	2.921.579,08	
								2.844.054,42	
	CIRCULANTE								
	Existências								
31	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo								
35	Produtos e Trabalhos em Curso								
33	Produtos Acabados e Intermediários								
	Mercadorias	17.866,81		17.866,81	17.866,81	261	Fornecedores de Imobilizado	14.932,70	
								14.230,70	
	DÍVIDAS DE TERCEIROS CURTO PRAZO								
211	Clientes-c/Corrente	12.208,56		12.208,56	10.394,56	221	Fornecedores-c/Corrente	54.737,80	
24	Estado e Outros Entes Públicos					24	Estado e Outros Entes Públicos	11.220,01	
268	Centros Produtivos					268	Sede/Delegações	10.899,89	
268	Sede/Delegações	102.462,99		102.462,99	62.050,46	268	Centros Produtivos	72.518,31	
268	Outros Devedores	187.320,57		187.320,57	181.697,50	263/267	Outros Credores	295,33	
						268/211	Outros Credores	239.124,81	
								155.081,25	
								388.796,15	
								291.254,27	
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS								
159	Outros Títulos Negociáveis					273	Acréscimos de Custos	102.268,50	
						274	Receitas com Provento Diferido	99.425,72	
								20.015,89	
12+13+14	Depósitos Bancários	144.963,17		144.963,17	83.587,75				
11	Caixa	251,25		251,25	1.607,20				
		145.214,42		145.214,42	85.194,95				
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
271	Acréscimos de Proveitos	6.530,00		6.530,00	6.426,08				
272	Despesas com Custo Diferido	5.965,15		5.965,15	119,31				
	Total do Activo	4.463.349,72	936.347,57	3.527.002,15	3.197.445,73		Total do Capital Próprio e do Passivo	3.527.002,15	
								3.197.445,73	

ao tema "Por Uma Nova Política de Reabilitação das Pessoas com Deficiência".

FONTES DE FINANCIAMENTO

Após a sua transferência para as instalações das antigas Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, foi objectivo da DN, neste ano, a evolução positiva da única unidade produtiva dela dependente, a Tipografia-Escola.

Foi deste modo exercido, sobre ela, um sistema de acompanhamento, promovido pelo executivo nacional, que acabou por demonstrar, com toda a clareza, o domínio da ADFA sobre a sua gestão.

Tendeu-se para a sua inteira autonomia, em termos de centro de custos, sem interligações enviesadas de fluxos financeiros, dando-se a este sector a capacidade de respiro, que lhe permitiu sedimentar-se, desenvolver-se e, estrutural, financeira e economicamente estabilizado, contribuir desde já com as suas mais valias para os investimentos ali efectuados e, de futuro, para os projectos de reabilitação que desafiam a ADFA.

O serviço GALP- Frota, sendo mais uma prestação aos associados, não tem satisfeito, da forma desejada, as expectativas da DN, por aumento significativo e inexplicável do desinteresse daqueles no produto, o que, para lá da sensibilização para a fidelização dos consumidores de combustíveis, implica a procura de outras, e mais aliciantes propostas de colaboração institucional e de apoio aos associados.

Está clarificada a total falta de interesse da ADFA, na actividade da Miraforma, empresa que, criada para acções de cooperação, ainda não nos demonstrou trabalho visível neste mandato e nessa matéria, ou qualquer outra.

A assembleia geral respectiva, já finalmente reunida, mas sempre em sessões inconclusivas e sucessivamente suspensas, não indicia que a relação da ADFA, com os outros accionistas, possa indicar um fim com a amistosidade que sempre caracterizou a forma de procedimento desta Associação.

O projecto inicial, previsto para as antigas instalações do quartel da EPAM, mostrou-se um conjunto de ideias e intenções que não correspondiam à real capacidade de aplicação pela ADFA, sem o recurso a parcerias ou protocolos, com outras entidades

simultaneamente utilizadoras e financiadoras.

Repensado, por isso, todo o encargo de custos fixos e amortizada a dívida existente em 31 de Dezembro de 2001, quer a nível de capital, quer de juros, com uma entrega, feita de 249.399,00 euros (50 000 000\$00), baseada em apoio próprio do Ministério da Defesa Nacional, negociou-se um cronograma financeiro, para liquidação da dívida sobrance do imóvel, nos próximos nove anos, com início no de 2003.

Contudo, aquele cronograma financeiro, para que a ADFA satisfaça o que ainda deve ao Ministério das Finanças, obriga-nos ao pagamento, em cada um dos meses de Janeiro dos futuros nove anos, de pesada quantia no valor de 55.228,61 euros.

Onde seria possível obtê-los, tal como as verbas avultadas para fazer da "Quinta das Camélias" o que quer que fosse, levou ao encerrar de uma nova estratégia, já proposta ao MDN, à Câmara Municipal de Lisboa e à Junta de Freguesia do Lumiar.

Tal como já afirmámos, trata-se de uma situação a exigir ponderação, rigor e acatamento dos superiores interesses da nossa Associação, mas que tem que ter solução definitiva no mais curto prazo de tempo.

Pensa-se, pois, que, em colaboração lavrada em protocolo com aquelas entidades, se venha a permitir a utilização do espaço da "Quinta das Camélias", por parte dos associados da ADFA, tal como da comunidade lumiarense, o que proporcionará a repartição dos custos de recuperação e adaptação dos edifícios e envolventes, entre as signatárias do eventual protocolo.

Nesta dinâmica se incluirão a fixação da sede definitiva da Delegação de Lisboa, hoje sem espaço de desenvolvimento de actividades, e a transferência da Tipografia-Escola para instalações de propriedade da nossa Associação.

Recebeu-se no início do mandato uma situação dúbia, relativamente ao espaço cedido para as instalações da Delegação do Porto, no qual se tornava evidente a não inclusão do "palacete da Rua dos Francos", antigas instalações da SFOE, situação que foi equacionada com o Ministério da Defesa Nacional no intuito de uma resolução que deixasse claro e transparente o processo de transmissão, dado que a indefinição verificada não dignificava nem o Ministério nem a ADFA.

Além do mais, aquele edifício constitui parte fulcral, e de desenvolvimento imediato no Projecto de Ampliação e Remodelação das instalações da Delegação do Porto, já apresentado para licenciamento à Câmara Municipal daquela cidade, desejável concretização que a DN tem acompanhado proximamente, encontrando-se em estudo a forma legal, através da Direcção Geral de Infra-Estruturas do MDN, da sua cedência ainda que não definitiva à nossa Associação.

Estudou-se a diversificação das fontes de financiamento, e a forma de ampliar as actuais, no intuito de que a difícil situação, que no momento se vive, não nos confronte com a eventual obrigação de, com recurso à legalidade estatutária, se ter que recorrer aos activos existentes para que, do modo necessário, se acorra a um qualquer futuro complicado, que possa vir a configurar-se.

Neste quadro, devem implementar-se novos projectos de real interesse para o incremento dos objectivos estatutários, e dirigidos, em primeira instância, para a reabilitação e melhoria da qualidade de vida dos nossos associados, e os que puderem ser executados, deverão ser suportados por financiamentos exteriores e ou parcerias.

ACTIVIDADES EXTERIORES A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL

RELACIONAMENTO NACIONAL

A DN desenvolveu o seu empenhamento, no sentido da consolidação do posicionamento da ADFA perante o mundo envolvente, para que a sua voz mantivesse e potenciase a credibilidade e pujança, junto dos poderes do Estado, instituição militar, organismos públicos e privados, associações congéneres e opinião pública.

A DN, conforme evidenciou, seguiu a sua política de procedimento descomprometido e relacionamento dialogante, no seu contacto com a presidência da República, governo, hierarquias militares, estruturas nacionais de reabilitação, autarquias, e todas as ONG's nacionais, regionais e locais, que se dedicam a objectivos congéneres aos que a ADFA prossegue.

Destacamos, por mais intensas, o

aperfeiçoamento das relações com a Casa Militar da Presidência da República, com os diversos gabinetes governamentais, designadamente os do Primeiro-Ministro, do Ministro da Defesa e do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, Comissão Parlamentar de Defesa e todos os Partidos e Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

A ADFA desenvolveu a sua aproximação ao movimento de Associações de Antigos Combatentes, não deixando de executar a sua função eminentemente representativa de todos os deficientes militares, razão única da sua criação e alicerce dos seus objectivos, tendo, por outro lado, desenvolvido maior interacção com as estruturas nacionais de reabilitação e o movimento associativo de deficientes, em evolução do início e preparação das actividades do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência - 2003.

Dos encontros mantidos destacam-se:

A visita à Sede Nacional do Dr. Paulo Portas, enquanto Presidente do CDS-PP, no dia 14 de Fevereiro;

A DN reuniu com a Direcção do IASFA, em 26 de Fevereiro, e o respectivo Presidente visitou a nossa Sede em 23 de Outubro;

A ADFA foi homenageada com outras instituições, pela Comissão Nacional do Euro, no dia 01 de Março, no Centro Cultural de Belém;

O Ministro da Defesa Nacional, Dr. Rui Pena, visitou a ADFA em 11 de Março;

Presença da ADFA na 66.ª romagem à Batalha, no dia 09 de Abril, integrada nas Comemorações da Batalha de La Lys;

A ADFA participou nas Comemorações da Independência de Timor Loro-Sae em 19 de Maio;

A ADFA esteve representada na inauguração do Monumento aos Mortos da Guerra do Ultramar, em Torres Vedras, no dia 08 de Junho;

No dia 10 de Junho, a ADFA esteve no 9.º Encontro Nacional de Combatentes, junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém;

Em 30 de Junho, em Tondela, a ADFA esteve representada na inauguração do Memorial aos Combatentes do Ultramar;

A 19 de Julho, o Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes visitou a nossa Sede;

No dia 14 de Outubro, no Porto, a ADFA esteve presente no Dia Nacional de Informação,

RELATORIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 2002

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS BALANÇO—TIPOGRAFIA (Un. euros)

CÓDIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	2002			2001	CÓDIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2002 PASSIVO LÍQUIDO	2001 LÍQUIDO
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. E PROVIS.	LÍQUIDO					
	IMOBILIZADO						CAPITAL PRÓPRIO		
	Imobilizações Corpóreas								
422	Edifícios e Outras Construções					571	Reservas	344.257,22	402.673,48
423	Equipamento Básico	521.267,90	377.848,40	143.419,50					
424	Equipamento de Transporte	24.752,33	19.107,27	5.645,06		59	Resultados Transitados	1.515,00	-58.416,26
425	Ferramentas e Utensílios	346,66		346,66					
426	Equipamento Administrativo	16.196,46	4.029,39	12.167,07					
429	Outras Imobilizações Corpóreas								
	Imobilizações Incorpóreas	24.179,91		24.179,91		88	Resultado Líquido do Exercício	-9.644,00	1.515,00
		586.743,26	400.985,06	185.758,20	240.568,60		Total do Capital Próprio	336.128,22	345.772,22
	CIRCULANTE						PASSIVO		
	Existências								
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	9.290,15		9.290,15	10.128,87		DÍVIDAS A TERCEIROS-MÉDIO E LONGO PRAZO		
35	Produtos e Trabalhos em Curso	3.469,50		3.469,50	6.650,12	231	Dívidas a Instituições de Crédito	109.005,35	143.663,72
33	Produtos Acabados e Intermediários								
							DÍVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO		
						221	Fornecedores-c/Corrente	77.736,85	71.111,17
						24	Estado e Outros Entes Públicos	12.157,07	4.482,96
						268	Sede/Delegações		
211	Cientes-C/Corrente	191.817,91		191.817,91	179.970,13	268	Centros Produtivos		
24	Estado e Outros Entes Públicos				7.263,97	268	Outros Credores	15.469,70	15.410,08
								105.363,62	91.004,21
							ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
						273	Acréscimos de Custos	17.688,05	17.286,34
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS								
159	Outros Títulos Negociáveis								
							Total do Passivo	232.057,02	251.954,27
12+13+14	Depósitos Bancários	104.689,25		104.689,25	85.970,53				
11	Caixa	249,40		249,40	249,40				
		104.938,65		104.938,65	86.219,93				
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
271	Acréscimos de Proveitos								
272	Despesas com Custo Diferido	392,52		392,52	353,57				
	Total do Activo	969.170,30	400.985,06	568.185,24	597.726,49		Total do Capital Próprio e do Passivo	568.185,24	597.726,49

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (Un. euros) TIPOGRAFIA

CÓDIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	2002	2001	CÓDIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	2002	2001
61	Custo das Mercadorias Vendidas	149.887	154.675	71	Vendas de Mercadorias		
				72	Prestação de Serviços	489.623	465.321
		149.887	154.675		Varição da Produção	3.181	2.682
62	Fornecimentos e Serviços Externos	117.445	119.334			489.803	468.004
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	132.901	122.010	73	Proveitos Suplementares		
645	Encargos Sociais	23.293	21.474	74	Subsídios à Exploração		
				76	Outros Proveitos Operacionais		
		273.639	262.817				
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	38.889	27.369				
67	Provisões	0	0				
		38.889	27.369				
				78	Proveitos e Ganhos Financeiros		
63	Impostos	8	25		Outros Juros e Proveitos Similares	804	1.538
65	Outros Custos Operacionais						
						804	1.538
		8	25				
				79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	39	3.169
68	Custos Financeiros						
	Juros e Custos Similares	6.602	1.658				
		6.602	1.658				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	31.266	24.650				
88	Resultado Líquido do Exercício	(9.644)	1.515				
	TOTAL DO DÉBITO	460.647	472.711		TOTAL DO CRÉDITO	460.647	472.711

organizado pelo SNRIPD, e no qual foi conferencista o Presidente da DN;

A ADFA expressou a sua posição junto do MDN sobre o Conceito Estratégico de Defesa Nacional;

Dentro das actividades do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência - 2003, a ADFA foi eleita pelas outras ONG's com assento no CNRIPD, para integrar a Comissão Nacional para a coordenação respectiva;

A ADFA participou nas Comemorações Nacionais do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência em 2 e 3 de Dezembro, realizadas em Aveiro e organizadas pelo SNRIPD;

A ADFA esteve representada na cerimónia de colocação de Guarda de Honra no Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém, promovida pelo MDN no dia 8 de Dezembro;

A Governadora Civil do Distrito de Lisboa visitou a Sede Nacional em 10 de Dezembro.

Continuaram a privilegiar-se os contactos com a comunicação social, tendentes a que a comunidade tomasse conhecimento das nossas realidades, problemas e anseios, na prossecução do entozamento desse excepcional canal de formação de opinião, com a nossa estratégia reivindicativa.

RELACIONAMENTO INTERNACIONAL E COOPERAÇÃO

A ADFA pautou a sua intervenção nas organizações internacionais, onde se equacionam e procuram soluções para os problemas dos deficientes e vítimas das guerras, tal como dos de toda a população deficiente, a nível mundial.

A presença da ADFA nas actividades da FMAC, para além da normal troca de informação, incidiu designadamente na participação de uma representação sua, na 18.ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus realizada em Nicóssia-Chipre, de 4 a 11 de Outubro.

Por outro lado, realça-se a presença do Secretário Geral da FMAC, Marek Haggmayer, no Simpósio Internacional sobre o Stress de Guerra, realizado pela ADFA em 21 de Fevereiro, no qual também teve intervenção o Comodoro Elliot, dos Ex-Services Mental Welfare do Reino Unido.

Voltámos a nossa particular atenção, no sentido da participação em realidades mais próximas das nossas, mais voltadas para a área dos deficientes de guerra, sua reabilitação física e psíquica, e integração sócio-profissional.

Contudo, a nova realidade geo-estratégica, a

alteração da tensão internacional, provocada por continuados atentados terroristas, originou uma alteração significativa na vivência internacional, à qual a ADFA não pôde deixar de estar atenta.

Dentro deste objectivo, e por dificuldade não imputável à ADFA, não foi possível ampliar, conforme se pretendeu, as acções de cooperação com os deficientes militares de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, tal como com os de Timor Loro-Sae.

Por outro lado, em encontro concretizado na nossa sede, reuniram-se com a DN representantes do Fórum das Organizações Não Governamentais das Pessoas com Deficiência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (FDLP), nos dias 29 e 30 de Outubro, a fim de que Portugal se possa vir a fazer representar naquele movimento de deficientes lusófonos.

A ADFA ofereceu a sua colaboração para sensibilizar o movimento associativo português, para assumir essa função, designadamente nas actividades que se realizarão em Angola, durante o mês de Julho de 2003.

Para realizar os seus naturais objectivos, a ADFA abordou o seu envolvimento nos movimentos internacionais, que se debruçam sobre a problemática da deficiência, no seu sentido mais lato e geral.

Nova deslocação de uma delegação da ADFA à RehaCare International - 12ª Feira Profissional Internacional para Pessoas com Deficiências e com Necessidade de Assistência (Feira de Düsseldorf), ao Centro de Cegos de Guerra de Braunlage (estrutura de reabilitação, residência protegida, com acompanhamento familiar e de lazer, especializado para a deficiência visual), e ao Hospital Militar de Hamburgo, de 23 a 30 de Outubro, evidenciou-nos a valia das inovações tecnológicas que nos permitiram conhecer, ampliar e considerar claramente prioritária esta nova vertente de visitas.

Do contacto com este tipo de realidades europeias, pudémos apreender as virtualidades das novas tecnologias de reabilitação e formas modernas de residência protegida, metas que a ADFA assumiu no seu IV Congresso e cujos desafios, ou ganha agora... ou perde definitivamente, por tardia decisão!

ADFA/SEDE NACIONAL, 2003.MAR.24
A DIRECÇÃO NACIONAL,
Cândido Manuel Patuleia Mendes

com Deficiência - 2003

ADFA destaca-se na cerimónia oficial de abertura

"O Ano Europeu será frustrante se não desbravarmos caminhos realistas"



Momento da intervenção da presidente da Comissão Nacional de Coordenação do AEPD

O primeiro ministro, Durão Barroso, apresentou as medidas que o governo vai encetar para fazer valer os direitos dos cidadãos portadores de deficiência, na cerimónia oficial de abertura do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência - 2003 (AEPD), que teve lugar no Centro de Congressos de Lisboa, no dia 12 de Março.

Destacou que "o governo está empenhado na produção de legislação e de políticas nacionais de reabilitação mais exigentes", envolvendo a sociedade na realização de um "projecto verdadeiramente inclusivo", numa política de reabilitação que "deve ser transversal".

Entre as medidas referidas, salientou a redefinição do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), "para que possa exercer com eficácia o seu papel". Na intervenção estratégica preconizada pelo governo, prevê-se a aprovação da nova Lei de Bases da Deficiência, a revisão do sistema de prestações sociais, o apoio aos idosos incapacitados e aos portadores de doenças profissionais, a apresentação, até ao fim do ano, de um plano de acessibilidades, bem como a aprovação de um programa para desenvolvimento do teletrabalho.

O primeiro ministro salientou ainda o acesso gratuito ao cartão jovem aos portadores

de deficiência, a criação de um prémio anual para a empresas e instituições que se destaquem através de projectos de integração de jovens com deficiência.

Durão Barroso realçou que "o Estado sozinho não pode fazer tudo", sublinhando a urgência do reforço do papel do movimento associativo e anunciando a elaboração de uma nova Lei das Associações das Pessoas com Deficiência que lhes conferirá "maior e mais responsabilizadora capacidade de intervenção, contribuindo para o seu desenvolvimento sustentado".

"Um País só é verdadeiramente digno quando a todos trata com dignidade", concluiu o governante.

Trabalho conjunto é importante

Maria José Ritta realçou os progressos que a cooperação entre instituições e o Estado, "num tecido solidário que envolve técnicos, associados, cooperadores, famílias" têm atingido nestes anos.

A primeira dama reconheceu e louvou a sabedoria das instituições e da comunidade científica, por trabalharem em conjunto, salientando que esta é uma oportunidade para uma "avaliação necessária", para estabelecer prioridades para o futuro.

Destacou três sectores que constituem problemas ainda existentes: a cobertura pelas instituições ainda não é suficiente a nível nacional, existindo ainda muitas carências; a evolução etária dos portadores de deficiência, que também atinge as famílias que se preocupam com a velhice e a doença; e a questão das barreiras arquitectónicas, "de solução mais fácil".

"O Ano Europeu será frustrante se não desbravarmos caminhos realistas", disse Maria José Ritta, que considerou importante o trabalho conjunto para garantir a todos o direito à participação social, no exercício da sua liberdade.

A presidente da Comissão Nacional das actividades do Ano Europeu, Cristina Louro, desejou que "este ano de 2003 seja a viragem na política de reabilitação neste País".

Os jovens portadores de deficiência, Nelson Fernandes e Sandra Nunes, que leram a mensagem das organizações não governamentais, em Braille e na linguagem gestual, respectivamente. "Queremos que 2003 - Ano Europeu das Pessoas com Deficiência - constitua uma abertura para um futuro participado e feliz, fruto do trabalho de muitos e que a nossa geração de jovens com deficiência irá empenhadamente continuar", foi o desejo das ONG. (ver caixa na página ao lado)

A ADFA assumiu uma posição de destaque na cerimónia oficial de abertura do AEPD, uma vez que o representante das organizações de e para deficientes foi o presidente da Direcção Nacional da ADFA, Patuleia Mendes, que integrou a Mesa de Honra, a que presidiu o primeiro ministro, Durão Barroso.

A primeira dama e os ministros adjunto do primeiro ministro e do Trabalho e Segurança Social, os secretários de Estado da Defesa e Antigos Combatentes e da Segurança Social, a governadora civil, o presidente do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, a presidente da Comissão Nacional de Coordenação das actividades do Ano Europeu e o representante português no Fórum Europeu da Deficiência, foram as entidades que, depois do hastear das Bandeira Nacional e do AEPD e da execução do Hino Nacional pela Banda da GNR, com direcção do maestro major Jacinto Montezo, integraram a Mesa de Honra.

Um evento cultural

A cerimónia representou um "grande evento

cultural", segundo alguns associados da ADFA na plateia.

No início da cerimónia, o grupo de dança integrada da Liga Portuguesa de Deficientes Motores e da Escola Superior de Dança apresentou um excerto "...em três tempos", da autoria do grupo e com coreografia de Rafael Alvarez.

Foi lançada uma série filatélica subordinada ao AEPD, com os carimbos comemorativos e as assinaturas das entidades. Os Correios de Portugal apresentaram as imagens que figuram nos três selos lançados durante a cerimónia.

O Coro de Santo Amaro de Oeiras, sob a batuta do maestro César Batalha, abrilhantou a cerimónia com a interpretação do Hino do AEPD, com poema de Fernando Tavares Rodrigues e música de Ramon Galarza, o Hino da Europa, excerto da 9ª sinfonia de Beethoven, com poema de J. Schiller, e o poema de Amália Rodrigues com música de Alberto Janes, "Foi Deus".

O Grupo de Teatro da Crinabel apresentou um excerto da peça "Don Quixote", baseada na obra de Cervantes, que a todos satisfaz, com a alegria dos actores.

No fim da cerimónia, o Coro de Santo Amaro de Oeiras interpretou "O Fortuna", extracto da obra "Carmina Burana", de Carl Orff.

Rafael Vicente



Cartaz do Ano Europeu na Sede Nacional

A Direcção Nacional da ADFA falou ao ELO sobre como decorreram as actividades ligadas ao Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.

Depois de uma tardia e complexa preparação com nomeação só no final do ano de 2002 da Comissão Nacional para a Coordenação do AEPD, foi muito positivo o trabalho desenvolvido para que, embora com algum atraso, tivesse sido lançado o correspondente evento de abertura no nosso País.

A celeridade da apresentação de candidaturas e a descentralização das actividades inaugurais, revelaram grande

capacidade de adesão ao processo de desenvolvimento das actividades que assentam na alteração das mentalidades e igualdade de oportunidades relativamente às pessoas com deficiência, mas a sua divulgação ficou muito aquém do esperado, pese embora a excelente organização, a presença de elementos do governo e de outras altas individualidades do nosso País, organizações da área da deficiência e muitos dos seus associados, que encheram o

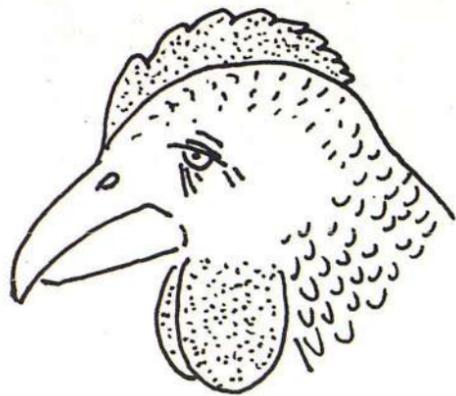
auditório do Centro de Congressos de Lisboa.

É inexplicável que o batalhão de jornalistas, fotógrafos e operadores de câmara, no acto inaugural do AEPD tenham transposto uma imagem perfeitamente redutora da grande importância do evento, para além das mensagens das ONG da área da deficiência, da dona Maria José Ritta, em representação de sua Excelência o Presidente da República, e do primeiro ministro Durão Barroso.

Fica-nos a dúvida do êxito público das actividades do AEPD, pois, mau grado os esforços desenvolvidos e a desenvolver e as actividades decorridas e a decorrer, se a comunicação social não as divulgar junto da opinião pública, será muito relativo o êxito dos objectivos que a Comissão Europeia pretende alcançar.

A Direcção Nacional

ANIMAIS RAROS E INTERESSANTES



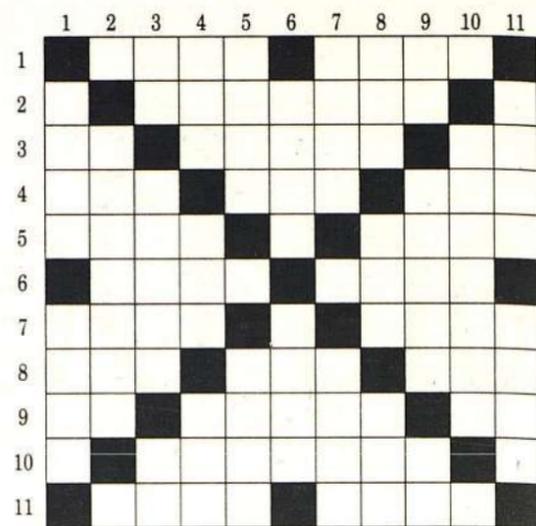
NOME CIENTÍFICO:

GALLUS GALLUS LUSITANICUS

NOME VULGAR:

GALINHA NITROFURADA

PROVOCA O CANCRO NAS
NOSSAS ALGIBEIRAS



HORIZONTAIS

1 - Rumo; farsa. 2 - Navio de guerra. 3 - Ilha francesa do Mediterrâneo; coragem; porco. 4 - Artigo (abrv.); rezo; fala. 5 - Ocasão (fig.); metal precioso. 6 - Pássaro; Organização dos Países Exportadores de Petróleo. 7 - Felina; acolá. 8 - Prefixo de ouvido; meta; nome de mulher. 9 - Além; pequena embarcação; sufixo. 10 - Pequena embarcação. 11 - Ronca; superfície.

VERTICAIS

1 Remam para trás; parte da roldana. 2 - Navio de guerra. 3 - Partícula provençal; cuidado; pronome pessoal. 4 - Reboque; interjeição; sistema métrico. 5 - Rio da Itália; cara. 6 - Muda de rumo; delgada. 7 - Peça para mover um bote; espiral. 8 - Amarrado; capa sem mangas; prefixo de ar. 9 - Seguiu; ruela; popa. 10 - Arma naval. 11 - Fruição; baú.

**SOLUÇÕES
HORIZONTAIS**

1 - Adão; aero. 2 - António. 3 - Ra; Aires; cá. 4 - Ela; sal; Ari. 5 - Abel; ans; 6 - Ere; Luis. 7 - Gre; IMPE. 8 - Oro; eis; ato. 9 - To; atear; ML. 10 - América. 11 - Omar; Raul.

VERTICAIS

1 - Área; gota. 2 - Alberto. 3 - Da; aéreo; AM. 4 - Ana; lei; ama. 5 - Oti; eter. 6 - Oral; ver. 7 - Anel; sair. 8 - Eis; AUI; iga. 9 - Rô; anima; ou. 10 - Crispim. 11 - Cais; Felo.

VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo		
1.0 Oxford AC	9.759,85	13.793,72
1.4 Highline	11.931,61	18.876,04
1.4 TDI Oxford AC	11.989,26	19.269,08
1.2 3 litros	11.494,37	16.680,32
Polo		
1.2 Conceptline 3p	9.514,91	14.354,75
1.2 Conceptline 5p	9.760,38	14.646,86
1.4 Highline 5p	12.557,96	19.621,40
1.4 Highline Cx. Autom.	13.745,84	21.034,97
1.4 TDI Confortline AC	14.007,33	21.670,59
Golf		
1.4 Confortline 5p	12.579,72	19.825,79
1.4 Conceptline JE/AC	15.240,92	22.992,62
1.9 TDI Confortline AC	16.013,59	29.042,33
1.9 TDI Generation	16.405,38	29.508,56
1.9 TDI Confor Tiptronic	16.503,10	29.624,85
1.9 TDI Genet Tiptronic	17.807,33	31.176,88
1.9 TDI Sport Generation	19.029,25	32.749,96
1.9 TDI Highline	20.459,67	34.452,16
1.9 TDI Sport Genr Tiptronic	20.137,62	34.068,92
Golf Variant		
1.4 Confortline JE/AC	15.748,56	23.639,55
1.6 102 Cv Tiptronic	18.285,11	28.693,66
1.9 TDI 100 cv AC Confor	16.557,89	29.690,05
1.9 TDI 100 cv Tiptronic	17.962,35	31.361,35
1.9 TDI 130 cv Spot Gener	19.425,84	33.102,91
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	20.531,73	34.418,92
Bora		
1.4 Confortline	16.251,85	24.195,63
1.9 TDI 100 cv Confortline	18.221,15	31.669,33
1.9 TDI 100 cv Tiptronic	19.591,06	33.299,52
1.9 TDI 130 cv Highline	20.699,97	34.619,12
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	21.782,65	35.907,51
1.9 TDI 150 cv Highline	22.899,04	37.236,01
Passat		
1.9 TDI 100 cv Confortline	18.371,86	31.967,67
1.9 TDI 130 cv Confortline	20.640,88	34.667,80
1.9 TDI 130 cv Conf Plus	21.366,41	35.531,18
1.9 TDI 130 cv Highline	24.710,75	39.510,95
1.9 TDI 130 cv Plus Tiptron	22.877,42	37.329,29
Passat Variant		
1.9 TDI 100 cv Confortline	20.694,57	34.731,70
1.9 TDI 130 cv Confortline	21.859,67	36.118,16
1.9 TDI 130 cv Conf Plus	22.585,21	36.981,56

1.9 TDI 130 cv Highline	26.367,73	31.482,76
Charan		
1.9 TDI Confort 7 lugares	27.083,05	38.492,19
1.9 TDI Tiptronic 7 lugares	28.163,25	39.777,63
Caddy		
1.9 SDI 64 cv Van Entry	9.448,88	11.788,92
Golf Van		
1.9 TDI Van Confortline	14.867,46	22.054,21
Transporter		
2.5 TDI Furgão Curto	16.018,95	19.785,45
2.5 TDI Kombi 6 Lug Net	17.340,25	22.939,05
Audi A2		
1.4 75 cv Attraction	14.094,12	21.448,00
1.4 TDI 75 cv Attraction	15.046,82	22.906,15
1.2 TDI 61 cv Attraction	17.736,28	24.106,77
Audi A3 Gasolina		
1.6 102 cv ATT 3P	17.722,61	27.974,97
1.6 102 cv ATT 5P	18.270,43	28.614,98
Audi A3 Gasóleo		
1.9 TDI 130 Cv ATT 3P	20.348,95	34.140,19
1.9 TDI 130 Cv SP SP	22.500,21	36.700,19
1.9 TDI 130 Cv ATT 5P	20.886,77	34.780,20
1.9 TDI 130 Cv SP SP	23.038,03	37.340,20
1.9 TDI 100 cv ATT 3P	18.895,17	32.410,20
1.9 TDI 100 cv ATT 5P	19.432,99	33.050,20
Audi A4 Gasolina		
1.6 102 cv	21.788,85	32.874,34
1.8 163 cv	26.040,49	39.806,52
Audi A4 Gasóleo		
1.9 TDI 130 Cv ex 5	24.046,44	38.599,56
1.9 TDI 130 Cv ex 6	24.517,03	39.159,57
2.5 TDI 163 Cv	28.623,47	50.129,51
2.5 TDI V6 quattro 180 Cv	30.993,21	52.949,50
Audi A4 Avant Gasolina		
1.6 102 cv	22.934,30	34.224,34
1.8 163 cv	27.144,95	41.120,83
Audi A4 Avant Gasóleo		
1.9 TDI 130 Cv	25.651,48	40.509,56
2.5 TDI 163 Cv	29.757,92	51.479,51
2.5 TDI V6 quattro 180 Cv	31.564,65	53.629,51
Audi A6 Gasolina		
1.8 T 150 Cv	30.422,26	45.139,54
2.4 170 Cv	32.403,76	53.702,47
Audi A6 Gasóleo		
1.9 TDI 130 Cv	30.827,95	46.788,28

2.5 TDI 163 Cv	33.127,67	55.608,22
2.5 TDI quattro 180 Cv	36.236,91	59.308,22
Audi Allroad Quattro		
2.5 TDI Allroad 180 Cv	42.514,22	66.778,22
2.7 T 250 Cv	49.858,29	77.291,95
FIAT E LANCIA		
MODELO P.BASE P.V.P.		
Seicento		
1.1 S	5.574,39	9.090,02
1.1 Sport	6.633,21	10.350,01
Punto		
1.2 3p 60 Active	7.134,00	11.520,01
1.2 5p 60 Active	7.339,88	11.765,01
1.2 80 Dynamic Speedgear	10.402,91	15.410,01
1.9 JTD 85 Emotion 5p	11.756,61	23.750,01
1.9 JTD 85 Sport 3p	11.491,91	23.435,01
Palio		
1.2 Weekend 8 V	9.923,92	14.840,01
1.9 JTD	11.281,82	23.185,01
Stilo		
1.2 Actual 16 V 3p	11.344,08	16.530,00
1.9 JTD Dynamic Sport	14.353,24	26.840,00
1.2 Actual 5p	11.646,60	16.890,00
1.9 JTD Dynamic 5p	14.399,46	26.895,00
Multipia		
1.5 16 ELX	16.289,04	25.960,02
1.9 JTD ELX	17.567,54	30.665,01
Marea / Weekend		
1.9 JTD SX	14.096,94	36.535,00
1.9 JTD HUX	15.462,49	28.160,00
Lancia		
1.2 Y Elefantino	7.444,93	11.890,02
1.2 Y 16 Vanity	8.915,52	13.640,02
Lancia Libra		
1.6 16 V LS	17.015,93	26.825,02
1.9 JTD LS	18.000,31	31.180,01
1.9 JTD LX	20.378,46	34.010,01
2.4 JTD LX	21.873,25	40.625,02
Lancia Libra		
1.6 SW LS	18.184,00	28.215,02
1.9 JTD SW LS	19.168,38	32.570,01
1.9 JTD SW LX	21.546,53	35.400,01
Lancia Phedra		
2.0 16 V	26.701,45	38.345,01
2.2 JTD 16 V	29.229,41	42.460,01

OPEL		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Agila		
1.0 12 V 5p Confort	7.274,67	10.714,50
1.2 16 V 5p Elegance	7.910,65	12.439,49
Corsa		
1.0 3p City	8.572,99	12.259,50
1.0 5p Confort	9.371,31	13.209,50
1.2 5p Confort	9.204,77	13.979,50
1.2 Joy 5p	9.259,39	14.044,39
1.2 Sport 3p	10.137,54	15.089,49
1.4 GSi 3p	12.338,39	19.339,50
1.7 DTI 5p Confort	10.585,26	20.264,50
1.7 DTI 5p Elegance	12.030,64	21.984,50
1.7 DTI 3p Sport	11.518,03	21.374,50
Astra		
1.2 5p Selection	11.911,07	17.199,99
1.4 5p Elegance	13.901,42	21.199,51
1.4 5p Sport	13.779,84	21.054,83
1.7 DTI 5p Eco	13.690,30	23.959,50
1.7 DTI 4p Selection	13.215,93	23.395,00
1.7 DTI 5p Elegance	14.602,07	25.044,50
2.0 DTI 3p Sport	14.276,39	27.789,83
Astra Caravan		
1.2 Selection	12.474,09	17.869,99
1.4 Selection	12.843,01	19.940,00
1.4 Sport	14.342,87	21.724,84
1.7 DTI Selection	13.778,96	24.065,00
1.7 DTI Sport	15.278,82	25.849,84
2.0 DTI Sport	15.305,80	29.014,83
Zafira		
1.6 16 V	15.6700,57	25.459,50
2.0 DTI	15.893,76	29.714,50
2.0 DTI Elegance	17.078,63	31.124,50
2.2 DTI Elegance	17.028,58	32.859,51
Vectra		
1.6 Confort	15.956,87	25.764,30
1.8 GTS	18.139,66	30.369,50
2.0 DTI Confort	16.507,20	30.444,50
2.2 DTI Elegance	17.927,73	33.929,90
Omega		
2.2 DTI 4p Elegance	25.444,54	42.874,50
2.2 DTI Caravan Elegance	26.293,29	43.884,50
Caixas Automáticas		
Astra 2.0 DTI Elegance	15.763,51	29.559,51
Astra 2.0 DTI Caravan	16.326,53	30.229,50

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: **BMW, Ford, Citroen, Mercedes, Honda, Skoda e Seat**. Estas informações/vendas são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 10h00 às 14h00 pelos telefones 21 751 2640, 21 751 2600, 21 751 2602 e das 20h00 às 22h00 pelo telefone 21 859 5016 ou 91 726 6153



Opinião

Momentos de liberdade

José Maia

Já raramente vou à aldeia. Há uma meia dúzia de anos que não visito o quintal da minha infância que para a alegria de criança era destino habitual, até obrigatório. Momentos de liberdade. As plantas, as cores, os arbustos, as figueiras, as pereiras, os pessegueiros, as amoras silvestres e por entre a folhagem do canavial o prateado Mondego brilhando no seu deslizar para a Figueira da sua foz.

Vivi a saudade ao ouvir o chilrear dos pássaros, cacarejar na capoeira, o miar dos gatos no telhado da lenha, o latir dos cães. Os pés descalços enterrados na terra preta cheirando a bosta que fazia crescer mais depressa as couves e as batatas. A vala para cá do rio onde saltavam as tainhas. O fugir do gado bravo pastando tranquilamente nas tapadas. O atirar a cana fora ao avistar a farda verde do guarda-rios. O admirar os mergulhos dos patos, o serpentear das cobras d' água à cata de peixinho mais incauto. O correr sem parar saltando com leveza por cima das urtigas. Observar os ranchos de homens e mulheres nos extensos campos de lodo, preparando futuros arrozais. O respirar salpicos de lama e aquele cheiro a merda abençoada, estrume cujo odor enchia as narinas.

O olhar para lá da curva do horizonte, o mais bonito Pôr do Sol.

Não sei se o meu filho sonhará sequer com o que lhe conto e mostro por gestos e palavras.

Hoje o meu filho já tem idade para compreender a maldade que lhe fizeram.

Porque o não deixaram passar dias de preguiça a olhar as vacas, os cavalos e as cegonhas. Porque não o deixaram olhar aquele museu natural. Tocar e sentir aquele ar. Exposição aberta da mais bela arte.

Conforma-se com o passeio à esplanada de cimento mesas e cadeiras de plástico. Onde já não há árvores e em vez do cheiro a estrume, o esterco da modernidade. No ar paira o odor assassino dos pesticidas, lá de cima espalhados sem dó matando não apenas a erva daninha!...

A esplanada junto ao caminho de ferro. O liquido preto das bagas de África. Nada tem a ver com a lareira e o cheiro do café que a avó preparava na cafeteira negra, conteúdo saboreado pelo avô Manel logo pela madrugada.

Coisas que já nada têm a ver com a broa de milho, a fruta apanhada da árvore. O que o João agora vê são coisas organizadas, plastificadas para turista ver.

Não percebe, e não sei como lhe explicar: Como se pode assistir à destruição de um paraíso que me enfeiteçou.

Um desastre, sem que nada se faça para remediar.

O computador, o vídeo, a internet... Nada te fará recordar meu filho, o que vi e usufruí!...

Uma catástrofe, sem que praticamente algo de útil se trabalhe para evitar o colapso total.

Os canários nas gaiolas, os peixes nos coloridos aquários. O Iraque, o nitrofurano, as vacas loucas!...

Receio, João José que ainda tenhas de ver e sentir... muito pior....

Opinião

Zeca Afonso

Não é novo o ver-se celebrar valores relativos a pessoas que durante a existência terrena lutaram pelo que acreditavam mesmo quando, perigosamente punham a sua vida e a dos mais chegados em risco. Gente que deixou património ao País, mesmo contra a vontade e feroz critica dos que depois comemoram e até patrocinam o que foi construído com rebeldia e muita coragem em tempos de solidão!...

Organizam-se e homenageia-se hipocritamente eventos e personalidades para legitimar em nome da democracia o poder antidemocrático!... Quantos estigmatizados dos valores e paradigmas que Zeca Afonso compunha e cantava não se vêem hoje a idolatrá-lo? Infelizmente é corrente verificar hoje os poetas e operários da liberdade serem objecto de apropriação pelos mesquinhos interesses de quem para se manter a todo o custo a calcar o próximo e a servir os poderosos necessita de um cheirinho a esquerda.

José Afonso deixou-nos num Fevereiro assim. Protagonizou por si e com outras referências, também ligadas às lutas do povo esquecido e oprimido, uma atitude cultural de resistência à cultura oficial imposta pelo regime fascista. É essa atitude que inebriava que alimentava que sufocava e metia medo ao regime que faz falta nestes tempos de

altas ferozes tecnologias e assassina globalização.

É preciso, é urgente recordar o Zeca. Antagonista dos burocratas, que viu renascer das cinzas da revolução, engravatados e engomados com o fim de ressuscitar o poder de antigamente. O cantador, o homem avesso às solenidades e às discursatas de poleiro. O trovador, o baladeiro do lado dos desprotegidos e sem voz, amando a gente para quem cantava, lutando com a viola, acusando pela pauta. Lutando mais pelos outros que por si. O homem que mais depressa estaria junto dos que hoje são atirados desalmadamente para o desemprego, dizendo presente nas vigílias com os operários à porta das empresas, do que nos palcos e tapetes que hoje se estendem à sua memória.

Festivais e mais não sei quê no Abril que se aproxima... O costume!...

E vamos observar o choramingar, o aplaudir do cravo ao peito. Os mesmos que na prática, no íntimo negando o 25 de Abril, do mesmo se aproveitam.

Os verdadeiros fiéis a Abril, que se mostre não haver obstáculos intransponíveis.

O poder arbitrário que Zeca combateu, se não caiu ontem, cairá amanhã.



Comércio, Indústria e Representações, Lda.

PUNTO



- 1.2 S
- 1.2 ELX
- 1.2 16V ELX
- 1.2 16V ELX Speedgear
- 1.2 16V HLX
- SPORT
- SPORT Speedgear
- HGT
- 1.9 JTD ELX
- 1.9 JTD HLX

PALIO WEEKEND



MAREA WEEKEND

CONCESSIONÁRIO FIAT

STAND - Contactos com Francisco Galhano
Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096
STAND
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069
STAND
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639
www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRAU DE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.



Comércio, Indústria e Representações, Lda.



CONCESSIONÁRIO LANCIA

STAND - Contactos com Francisco Galhano
Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096
STAND
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069
STAND
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639
www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRAU DE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.

A questão dos furriéis

O decreto-lei n.º 43/76, é a verdadeira "constituição" dos deficientes das Forças Armadas, embora tenha acolhido algumas disposições do decreto-lei n.º 210/73. À volta do seu cumprimento, e das tentativas do seu não cumprimento, ou de interpretações redutoras, lesivas do interesse global ou individual dos DFA, têm sido - e decerto ainda serão - travadas batalhas reivindicativas e judiciais, nas quais o desempenho da ADFA pode considerar-se francamente positivo. Isto apesar dos muitos problemas que ainda subsistem. E, curiosamente, novos problemas vão surgindo, em áreas que se poderiam considerar ultrapassadas.

Foi assim que surgiu o "problema dos furriéis". E apenas porque, tendo este posto sido extinto nas Forças Armadas, e não havendo aparentemente furriéis no activo, foram simplesmente esquecidos. Ou, pelo menos, esta é a explicação mais lógica, pois outra seria prova de uma vontade deliberada de reduzir a remuneração dos furriéis.

Relembremos que, ao tempo da Guerra Colonial, os militares com aproveitamento no Curso de Sargentos Milicianos (CSM) eram promovidos a 1.ºs cabos milicianos; quando mobilizados, eram graduados em furriéis milicianos à data de embarque, e eram promovidos a esse posto quando atingissem o tempo necessário às condições de promoção.

Se entretanto se deficientassem, e adquirissem o direito à qualificação como DFA, tinham duas opções, nos termos dos decretos 210/73 e 43/76: optar pela continuação ao serviço, entrando para os QP, ou pela situação de pensionista de invalidez. No primeiro caso, poderiam posteriormente transitar para a reforma extraordinária, a seu pedido ou por limite de idade.

Em muitos caos, o tempo de permanência em tratamento hospitalar acabava por dar-lhes o tempo para a promoção a 2.º sargento miliciano, posto em que transitavam para pensionistas de invalidez. Mas os que tiveram menos tempo de comissão e de tratamento acabaram por ser desligados do serviço como furriéis; calcula-se que estejam nessas circunstâncias cerca de três centenas de DFA.

Nos termos do art.º 12.º do DL 43/76, as pensões dos DFA são actualizadas automaticamente em relação ao pessoal no activo. E assim foi sucedendo, até que, em 1990, o posto de furriel foi extinto. Foi mantido para os reformados e pensionistas, tendo havido o cuidado de o mencionar nas tabelas de remunerações.

No decreto-lei n.º 57/90 foi estabelecida uma tabela para cada posto em que a remuneração era feita de acordo com o tempo de permanência no posto, em vários escalões. Para os furriéis, em extinção, a tabela era:

Escalões	1	2	3	4	5
Índice	130	135	145	155	165

Comparemos com os postos imediatos, acima e abaixo:

Escalões	1	2	3	4	5	6	7
2.º sargento	145	150	160	170	180	190	-
Cabo de secção	130	135	145	155	165	175	185

Ressalta de imediato a equiparação, em vencimento, entre o furriel e o cabo de secção. Não há aqui nenhuma heresia, porquanto também o sargento-mor ganha mais do que um tenente; em ambos os casos, estamos perante o topo de uma classe, cuja remuneração iguala ou ultrapassa o vencimento mais baixo da classe superior.

O decreto-lei n.º 328/99 referia a remuneração dos furriéis, a receber a partir de 1/1/99 e 1/1/00:

Escalões	1	2	3	4	5
1/1/99	145	150	155	160	170
1/1/00	150	155	160	165	175

Comparemos novamente com o cabo de secção:

Escalões	1	2	3	4	5	6	7
1/1/99	145	150	155	160	170	180	190
1/1/00	150	155	160	165	175	185	190

Como se pode ver, foi mantida a equiparação, em vencimentos, do furriel e do cabo de secção.

O decreto-lei 207/02, de 17 de Outubro, estabeleceu uma nova escala indiciária para os sargentos, com entrada em vigor em 1/1/02 e 1/1/03, em que era incluído o cabo de secção:

Escalões	1	2	3	4	5	6	7
1/1/02	155	160	165	170	175	185	195
1/1/03	175	180	185	190	195	200	215

Como neste decreto-lei não são referidos os furriéis, estes continuam com os mesmos índices, pelo que se pode avaliar de imediato as perdas em relação ao cabos de Armada/cabos de secção e à situação em 1/1/2000:

Escalões	1	2	3	4	5
1/1/02	-5	-5	-5	-5	0
1/1/03	-25	-25	-25	-25	-10

Não havendo razão para esta perda relativa de vencimento, a não ser tratar-se de um posto em extinção, composto por pessoal que não está no activo, urge corrigir esta anomalia, até porque as Forças Armadas têm por dever zelar pela dignidade e bem-estar do seu pessoal mesmo depois de deixar as fileiras - e as classes inactivas não podem ser esquecidas, como o faria qualquer explorador despudorado.

Nuno Santa Clara

A advogada responde

Grande Deficiente das Forças Armadas

"Sou pensionista de invalidez por acidente em serviço que sofri quando cumpra o SMO em Angola, e tenho 20 por cento de incapacidade por lesões do foro ortopédico. No último almoço da minha companhia ouvi dizer que existe uma lei para os grandes deficientes em serviço que lhes confere uma pensão muito maior e algumas das regalias dos DFA. Gostaria de saber que regalias são e o que posso fazer para beneficiar delas".

A situação a que faz referência vem regulada no DL n.º 314/90, de 13 de Outubro, com as alterações introduzidas pelos DL n.º 146/92, de 21 de Julho e DL 248/98, de 11 de Agosto, legislação que institui um conjunto de direitos e compensações para os grandes deficientes das forças armadas (GDFA).

É considerado GDFA o cidadão portador de grande deficiência (com um grau de desvalorização igual ou superior a 60 por cento) a qual foi adquirida em circunstâncias que, embora não enquadráveis no conceito de serviço de campanha ou em circunstâncias equiparáveis, foram expressamente reconhecidas como resultado do serviço militar, e da qual advêm graves repercussões, designadamente em encargos adicionais relacionados com a própria deficiência.

No seu caso, como apenas lhe foi atribuído 20 por cento de incapacidade não poderá ser considerado GDFA, sem prejuízo de eventual pedido de revisão de processo, se ainda estiver em tempo e houver elementos clínicos que o permitam.

Quanto aos direitos, são comuns do DFA e GDFA, o direito a pensão de reforma extraordinária ou de invalidez; direito a abono suplementar de invalidez; direito à prestação de terceira pessoa desde que haja incapacidade mínima de 90 por cento; direito ao exercício de funções públicas; direito a acumulação da pensão de GDFA com as remunerações dos cargos em que forem providos e pensões cujo direito adquiram pelo exercício dos cargos desempenhados; direito a alojamento e alimentação por adaptação protésica ou tratamento hospitalar; direito à redução de 75 por cento nos transportes dos caminhos de ferro e 50 por cento nos voos da TAP de cabotagem; direito a tratamento e hospitalização gratuitos em estabelecimentos do Estado; direito a isenção de propinas em estabelecimento de ensino oficial; direito a prioridade, em igualdade de condições, na nomeação para cargos públicos; direito a condições especiais de empréstimo para a aquisição ou construção de habitação própria; direito a associação no IASFA; direito a assistência médica e medicamentosa; direito a pensão de preço de sangue, nos casos previstos, e transmissão de pensão.

Inês Soares de Castro

DIÁRIO DA REPÚBLICA

por Helena Afonso

Diploma



do Mês

Dia das Forças Armadas

Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2003, de 3 de Março

"A valorização e dignificação das Forças Armadas é objectivo prioritário e permanente do XV Governo Constitucional. Deve esse esforço ser traduzido em medidas de política, sejam de reestruturação, de melhoria efectiva das condições de cumprimento da missão dos nossos militares ou de carácter simbólico.

Desde logo, essa dignificação passa pelo reconhecimento que merecem pelo seu papel como garante da independência nacional, da integridade do território e da projecção da soberania em todo o espaço estratégico de responsabilidade nacional, seja permanente, seja conceptual.

Esse reconhecimento deve ser manifestado através da institucionalização de uma data integralmente consagrada às Forças Armadas, possibilitando comemorações institucionais que se pretendem solenes, dignas e participadas. A evocação pública do papel das Forças Armadas, levada a efeito com o concurso dos órgãos de soberania e dos cidadãos, deve marcar um momento de grande significado na consciência política nacional, pelo que carece de um dia que lhe seja em exclusivo assinalado.

É certo que o Dia das Forças Armadas, de acordo com uma deliberação tomada em Conselho de Chefes do Estado-Maior, é

comemorado desde 1984, em sistema de rotatividade, no dia de cada um dos três ramos das Forças Armadas, comemorando estes, em datas privativas, acontecimentos relevantes da sua história. Porém, pelo seu particularismo, são datas que relevam do ramo em especial, não simbolizando a instituição militar no seu todo.

A criação, em novos moldes de um Dia das Forças Armadas visa precisamente realçar essa ideia de conjunto e, em obediência ao espírito da reforma que o Governo quer propor à sociedade portuguesa, significar que umas Forças Armadas conjuntas e integradas representam mais do que a soma dos seus componentes.

A data para celebração do Dia das Forças Armadas deve ser associada a um momento histórico de inegável relevância e significado nacional, de forma a conferir um sentido mais profundo às missões que a Constituição lhes confere, um sentido de modernidade que associe os feitos e realizações do passado com as missões do presente e as concepções do futuro.

A escolha da data de 24 de Junho tem um duplo significado histórico.

Nesse dia, travou-se a Batalha de São Mamede, que marca uma fronteira primordial da nossa vida como nação independente.

Esse é, também, o dia em que, em 1360,

nasceu D. Nuno Álvares Pereira. Assim, não só se faz alusão a esse momento de afirmação nacional que foram as nossas primeiras lutas pela independência, como se evoca uma figura ímpar, de homem e de militar, que foi o Santo Condestável, cuja brilhante acção de comando permitiu alçar ao trono a dinastia de Avis.

Sabendo que foi aos soberanos desta dinastia que ficámos a dever o impulso para a epopeia dos Descobrimentos, a consagração desta data histórica, de duplo significado, fornece o sentido que vai nortear as Forças Armadas no cumprimento das missões constitucionalmente atribuídas. É esse sentido de preservação, intercâmbio de culturas e profunda vocação universalista que, no contexto internacional em que nos inserimos e onde queremos ser parte activa, deve presidir ao nosso esforço de contribuição como aliados para os sistemas de segurança internacionais em que nos integramos e para o empenhamento de contingentes militares portugueses em missões humanitárias e de paz.

A construção de umas Forças Armadas para o século XXI, objectivo que merece o maior empenhamento deste Governo, deve assentar no aprofundamento das nossas tradições históricas e da nossa herança cultural, e conter o princípio reformador que aponta para Forças Armadas mais conjuntas, dotadas de uma acrescida

capacidade operacional, capaz de fazer face aos cenários actuais e futuros para cumprimento das missões constitucionalmente consagradas, o que deve ser assinalado mesmo no plano simbólico.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 - É instituído o Dia das Forças Armadas, cuja celebração ocorrerá a 24 de Junho, data em que se evocam os aniversários da Batalha de São Mamede e do nascimento do Condestável D. Nuno Álvares Pereira.

2 - As cerimónias e actividades do Dia das Forças Armadas realizam-se no sábado imediato posterior àquela data, sempre que a mesma não coincida com este dia da semana.

3 - A comemoração do Dia das Forças Armadas compreende:

a) A realização de cerimónias públicas e solenes num ponto único do território nacional, a designar pelo Governo;

b) A programação das cerimónias de forma a associar o maior número possível de cidadãos à sua realização.

4 - Os procedimentos relativos à execução do Dia das Forças Armadas são fixados por despacho do Ministro da Defesa Nacional, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior."

VISITE O NOSSO

MUSEU DA GUERRA COLONIAL

EM VILA NOVA DE FAMALICÃO

Lisboa

Assembleia Geral Ordinária da Delegação de Lisboa



O que não disse...

Desejaria manifestar nesta Assembleia, o meu regozijo pelas intervenções dos associados que livremente exprimiram os seus pensamentos no que concerne à actuação da Direcção da Delegação, no mandato que se aproxima do fim.

O poder de análise patenteado nas ditas intervenções e o forte entusiasmo pela vida associativa, nas mais variadas vertentes, levam-me a prenunciar que a Delegação de Lisboa, após este 1º período de implantação, se consolidará no próximo mandato e terá numa parte dos sócios presentes, nesta Assembleia (e noutros que por qualquer motivo não puderam estar presentes), um forte contributo para a

resolução dos problemas menos conseguidos, formando assim, uma Direcção coesa e corajosa.

Num espírito de total democraticidade aceitamos as críticas formuladas e vamos tê-las bem presentes até ao final do nosso mandato; aliás não nos sentiríamos humanos se considerássemos que durante o exercício agora dissecado não tivéssemos cometido erros.

Em duas vertentes, contudo, pensamos ter atingido os objectivos delineados:

1º - A criação dos 12 Núcleos e consequentemente o chamamento dos sócios à sua casa, o que pressupõe uma maior difusão da informação.

2º - A constituição de uma "Almofada Financeira" significativa susceptível de contri-

buir para uma actuação mais consentânea para com as finalidades da ADFA.

De uma Associação fria e com os sócios ausentes, assistimos hoje a um regresso dos mesmos "à sua casa", intervindo, discutindo e interessando-se pelo futuro da ADFA.

O nosso mandato não tem sido fácil! O pôr em marcha um projecto com a maioria dos elementos desprovidos de experiência associativa tem-se contudo revelado positivo no nosso entendimento, apesar das pequenas "abelhinhas" que saltitando de Gabinete em Gabinete em vez de espalharem o pólen da fertilização, vão tentando espetar o seu ferrão!

Os resultados agora apresentados e o "vingar" da Delegação de Lisboa, serão surpreendentes para uns, costumam a ser digeridos por outros, causando "engulhos" a outros tantos tendo em conta que a esperança de vida era apenas de três meses e que este anseio dos sócios já encetado nos idos anos de 1976, por personalidades mais letradas, fracassou rotundamente.

Todos temos ideias. O mais difícil por vezes é pô-las em prática gerando consensos alargados. Normalmente os "eruditos e fazedores de opinião" que apelidam os outros de "básicos" são democráticos na verborreia mas irredutíveis e fundamentalistas na sua actuação concreta.

Que ninguém se escude em desculpas "esfarrapadas" para não fazer parte dos próximos Órgãos Sociais. Sintamos a ADFA por DENTRO com tudo o que tem: de bom e de mau. De bom para o passar a óptimo, de mau para o eliminar!

Viva a Delegação de Lisboa!

... Mas fica dito agora •

Rogério Sequeira

Viseu

Momento de crise

O país vive uma crise, há muito anunciada, pelos seus governantes e a culpa será do governo, dos políticos, dos empresários, ou conjuntura mundial que também está envolvida na mesma teia. Mas, quem sofre e tem que pagar a factura são todos os cidadãos!

As crises são geradas por grupos de interesses instalados em áreas altamente rentáveis ao sabor dos senhores do capital, da alta finança, que comandam os destinos, não só de um país, mas de todo o mundo!

Vimos o que se passa nos países evoluídos, chamados ricos e o que se passa nos países menos desenvolvidos e pobres em tudo.

O factor que começou a espoletar toda esta crise de valores da vida em toda a sua extensão poderá ter sido a conjuntura económica que se começou a sentir com grande força com a era da chamada globalização, com a concentração de

empresas e serviços em grupos de grande dimensão, numa galopante escalada, sem rumo definido, criando graves divisões em diversos sectores da cultura empresarial e operária, que como se verifica lançou o país num barco à deriva, que só ainda não foi ao "fundo" porque somos parceiros da Comunidade Europeia.

Os efeitos da globalização, os comandos assassinos, o 11 de Setembro, os líderes, os ditadores só nos trazem exemplos de guerra e esta a acontecer, os culpados serão sempre os ditadores, que teimam em manter os povos oprimidos, sem liberdade de acção. Portugal deve estar alerta para prestigiar e honrar o país como o fez no passado, e trabalhar via a alcançar a paz, se possível sem guerras, mas o que não pode é apoiar ditaduras sanguinárias e se na guerra tiver que participar, antes, deve preparar leis que garantam o direito à vida

daqueles que, dos efeitos da guerra ficam deficientes e a sofrer. Vamos todos exigir do ministro da Defesa Nacional que garanta tudo para que não aconteça o mesmo que acontece com os militares deficientes das Forças Armadas da guerra colonial, na aplicação do DL 134/97, de 31 de Maio. Palavras para quê? A Direcção Nacional da ADFA que faça reunir o Conselho Consultivo, que fale e diga ao Governo, ao MDN que é injusto esta e outras atitudes de comportamento que os governantes estão a ter para com a família deficiente militar. Exige-se mais respeito, se a crise está instalada e não se sabe, não se prevê quando vai embora, os deficientes militares das Forças Armadas é que não têm culpa alguma. Cumpra-se a ADFA. Faça-se cumprir Portugal! •

João Gonçalves

Leiria

Como chegar à AGNO

Para que os associados não tenham dificuldades para chegar ao local onde se vai realizar a Assembleia Geral Nacional Ordinária da ADFA, apresentamos o mapa da área onde está situada a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria, em Morro do Lena - Alto Vieira (junto ao Continente).



Morris Marina 1,3 Deluxe Coupé

Ano 1974, bom estado, 2 donos,
carro de garagem

Contacto: 91 996 7391
Ana Gomes

Cavalheiro 57 anos divorciado,
deficiente das Forças Armadas, com
carro, casa própria, situação estável,
reformado do estrangeiro, vivendo só,
sem encargos familiares deseja
conhecer Sra. para uma vida a dois.
Contactar 96 376 0903. Assunto sério.

Batalhão de Caçadores 1891 Moçambique - 1966/1968 Niassa/Zambézia

Os militares do Batalhão de Caçadores 1891 vão
realizar, no dia 11 de Maio, em Azeitão, o seu
17.º Convívio. Os interessados devem contactar
Pedro Dias pelo telemóvel 91 463 1055.

Companhia de Caçadores 2655 Convívio comemorativo do 31º Aniversário 5 de Abril de 2003

Almoço num restaurante na zona das Caldas da
Rainha. Contactar Fernando Manique Lopes:
262 881 107 ou Telemóvel: 919 779 785

Companhia de Caçadores 17 1970/74 - Guiné Convívio Nacional 10 de Maio de 2003

Contacto: Furriel Mecânico Santos Costa
Telefone: 249 345 683

Convívio dos militares da Escola Prática de Artilharia (1960)

24 de Maio - Termas de S. Pedro do Sul
Rui Pereira: 966 839 194
José Rodrigues: 232 437 940
Inscrições até 14 de Maio

Associado falecido

Aos familiares e amigos do
associado falecido apresenta-
mos as nossas mais sentidas
condolências

António Alberto Caspão

Associado n.º 13975
61 anos
Faleceu no dia
29/01/03



Residia em Gafanha da Nazaré, Ílhavo, Aveiro.
Deixa viúva Rosa Manuela Borges Redondo. Serviu
em Moçambique, numa Companhia de Comandos e
Serviços.

Projecto de recolha de documentação

O Arquivo Histórico Militar (AHM) está a fazer um apelo especial a todos os que possuem documentação, para que ajudem a recuperar a história que falta nos arquivos, e que "nunca virá a ser contada, se não conseguirmos recolher os espólios de todos aqueles que tiveram o cuidado de os guardar até hoje".

O Arquivo considera muito relevante para o conhecimento da época da Guerra Colonial, a recolha das cartas de guerra, a todos garantindo absoluta reserva sobre a sua consulta, de acordo com o protocolo assinado entre ambas as partes.

O AHM está disponível para receber todo o tipo de documentação que lembre qualquer época da nossa história, quer se relacione com a vida militar, quer se relacione com qualquer outra actividade, quer respeite à guerra em África.

A entrega da documentação pode ser feita pessoalmente no Arquivo Histórico Militar, em Santa Apolónia ou em Chelas, ou enviada por correio para o Arquivo. Também pode ser entregue em qualquer unidade militar, com destino ao Arquivo.

A entrega de outro material, como equipamentos militares ou material de guerra (granadas, pistolas, espingardas, etc. que tenham sido guardados como recordação) deve ser acordada directamente com um responsável do Arquivo, que fará um contacto pessoal.

"Salvaguardar a documentação que cada um tem em casa, muitas vezes em más condições de conservação, é também prolongar a lembrança da própria pessoa, transmitindo às gerações futuras o conhecimento do que foi cada um e do que foi a nossa época", refere a organização.

Se qualquer pessoa, possuindo ou não documentação, quiser falar sobre a sua experiência militar, o seu tempo de tropa, a sua ida para a guerra, pode prestar o seu depoimento a uma equipa do Arquivo Histórico Militar. A esses depoimentos serão aplicadas as mesmas regras da documentação.

O Arquivo Histórico Militar é um órgão do Exército que recolhe e preserva toda a documentação com interesse para a História do Exército e de outros assuntos militares. Essa documentação vem sobretudo das unidades militares e entra no Arquivo Histórico cerca de 20 a 30 anos depois de ser produzida. O Arquivo tem documentos desde o século XVI, mas em maior quantidade só depois de meados do século XVIII.

O Arquivo tem uma sala de leitura onde os interessados podem consultar a sua documentação, a partir do momento em que esta é posta à leitura. Tem algumas dezenas de espólios pessoais, entregues por militares dos quadros permanentes.

"Infelizmente, o Arquivo não possui documentação de oficiais e sargentos milicianos ou soldados, a não ser raros documentos produzidos durante os períodos de campanhas militares - as Invasões Francesas, a I Guerra Mundial e a Guerra Colonial", salienta a organização.

Um grande número de homens (pode dizer-se uma geração inteira) esteve na Guerra do Ultramar, nos anos 60 e 70 do século XX. Muitos destes homens escreveram cartas às suas famílias e receberam as respectivas respostas (normalmente em aerogramas). Também fizeram muitas fotografias,

A nossa História recente conta-se em duas palavras:

Para que nenhum detalhe importante fique a faltar a nossa História, o Arquivo Histórico Militar precisa da sua ajuda. Faça-nos a doação ou deixe-nos guardar as suas cartas, diários, fotos e filmes sobre Portugal no Século XX. Desde a Monarquia à nossa entrada na CEE, sobre questões militares ou não, preservar o máximo e o grande objectivo: Contrapartidas para si? A certeza de que as suas recordações ficam bem entregues e o orgulho de contribuir para que nada se perca. Contacte-nos pela linha verde 800 205 938 ou em www.anozahistoria.com.

Portugal Sec. XX. Ajude-nos a recuperar esta História. Ligue grátis 800 205 938

Arquivo Histórico Militar

slides e mesmo alguns filmes, com os meios que havia na época. Outros escreveram diários, memórias ou simples apontamentos. Podem ter na sua posse também outros documentos, como cartazes, postais, autocollantes, desenhos, documentos oficiais, etc. Podem ainda ter guardado jornais e revistas da época. "Toda esta documentação interessa salvaguardar", acrescenta.

O AHM pensa que todos estes espólios merecem ser preservados, "de forma a podermos um dia mais tarde conhecer o que foi a guerra vista por todos aqueles que a viveram por dentro".

A documentação deve continuar a pertencer ao seu proprietário actual, mas o AHM disponibiliza os seus conhecimentos e meios técnicos para recuperar, organizar e inventariar todos esses documentos. O AHM recomenda que os espólios sejam depositados temporariamente no Arquivo, para se proceder a essa recuperação, podendo depois ser de novo entregues ao seu proprietário. Enquanto o espólio estiver depositado no Arquivo, apenas o seu proprietário ou seus representantes legais poderão ter acesso a essa documentação, a não ser que haja uma expressa autorização do proprietário para outra ou outras pessoas o poderem consultar. Não serão feitas cópias, nem qualquer outra reprodução, a não ser que sejam solicitadas pelo depositante, em algumas circunstâncias.

Após a entrega para depósito, o proprietário e o Arquivo assinam um protocolo, que estabelece as regras principais deste depósito e da eventual devolução da documentação. Se um depositante, no final do período de depósito, desejar entregar ao Arquivo a sua documentação, este continuará a aplicar as mesmas regras de reserva.

"A recolha desta documentação permite recuperar uma história que não existe nos Arquivos e que é muito importante para se conhecer o que pensavam os militares e os seus familiares, quais eram os seus anseios, os seus estados de espírito, as suas esperanças, os seus sentimentos e, quantas vezes, o seu sofrimento. Recolher esta documentação é também preservar uma memória que se vai perdendo e que em breve pode tornar-se difícil de recuperar", salienta os representantes do AHM.

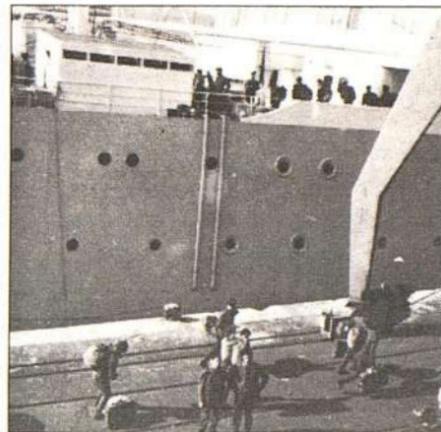
O AHM está permanentemente disponível para todos os esclarecimentos que forem necessários no Largo dos Caminhos de Ferro, 2, 1100-105 Lisboa. Linha verde (grátis) 800 205 938; fax 218842514; endereço electrónico: ahm@mail.exercito.pt; página do AHM em www.exercito.pt; página do Projecto Recolha em www.anozahistoria.com.

O responsável do Projecto é o tenente-coronel David Magno e o director é o tenente-coronel Aniceto Afonso.

RV

Casos de Guerra

Discriminação



Sendo as gentes de Évora muito hospitaleiras, facto que pude constatar aquando da minha estada nesta cidade, faz com que este meu artigo pareça uma controvérsia. Estávamos em 1970, cumpria eu serviço militar no Regimento de Infantaria 16.

Num dos raros dias em que não me encontrava de serviço, passeava pelas ruas de Évora, na companhia de um camarada de armas, devidamente fardados. Estava um frio de rachar. "Calhava bem um cafézinho", sugeriu o meu camarada. Tínhamos recebido o "pré" nesse mesmo dia, vencimento líquido mensal de 70 centavos e o desejado café custava cerca de dois escudos cada. Como o leitor já deve ter feito as contas, tínhamos que pôr para os dois cafés mais dois escudos e 60 centavos. Pensámos então fazer uma vaquinha e assim conseguimos o montante desejado, ou seja o total de quatro escudos. Reunido o capital para o investimento, entramos no estabelecimento e pedimos dois cafés.

Por muito que quiséssemos adivinhar, nunca pensámos receber aquela resposta, que foi tanto ou mais gelada que a noite que se fazia sentir em Évora naquele mês de Janeiro de 1970. O proprietário do estabelecimento que se encontrava de costas para nós, a lavar uns copos, virou-se e com total desprezo, respondeu-nos: "não servimos militares". Como é óbvio, ficámos perplexos, tentámos dialogar com o homem, o que não foi possível. Revoltados com a situação, saímos do estabelecimento e não queríamos acreditar no que nos estava a acontecer. Como era possível? Estando nós a servir um País, em vésperas de partir para a guerra em defesa do mesmo, não dava para acreditar. "O que fazemos", perguntávamos um ao outro, e o meu camarada respondeu: "já que não tomamos café, tomamos ao menos uma atitude, vamos contactar malta e partimos aquilo tudo!"

Estávamos nós a conversar na rua, e surge um grupo de militares de regresso ao quartel, a quem contámos a nossa indignação. Para uns foi novidade, mas a outros já lhes tinha acontecido o mesmo. Entretanto, o pessoal vinha recolhendo à Unidade e ia engrossando cada vez mais o grupo que tentava arranjar uma estratégia para assim poder vingar-se do antipático comerciante. A maioria era de opinião de que se devia ir lá e partir tudo o que se pudesse, sem pensar nas consequências. De toda a maneira, tínhamos que ir para a guerra, muito pior não nos podia acontecer. Mas faziam parte do grupo dois cabos que já tinham dois anos de tropa e não querendo cobardemente voltar as costas à situação, também não queriam ir parar à guerra, que era o castigo mais provável na altura. Assim, estes cabos velhinhos - que naquele tempo a velhice na tropa era digna de respeito - conseguiram convencer o pessoal a dar conhecimento do caso ao comandante da Unidade, e este, por sua vez, depois de se inteirar da situação, meteu o caso na justiça.

Não cheguei a saber o resultado, mas levei para Moçambique essa espinha na garganta. Penso que hoje ninguém se arriscaria a ter uma atitude semelhante, pois correria um grande risco, e por muito menos já tenho assistido a acusações a algumas pessoas de racistas e xenófobos.

Farinho Lopes

CRPG apresenta novos Órgãos Sociais e projectos



Na reunião foram apresentados os projectos do CRPG para 2003



Jerónimo de Sousa, director do CRPG ao centro

A Direcção Nacional participou na apresentação dos novos Órgãos Sociais do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) realizada no dia 11 de Março, em Arcozelo, nas instalações daquele Centro.

Na reunião foi feita a apresentação da história, missão e objectivos do CRPG, pelo seu director Jerónimo de Sousa, também associada da ADFA, que aludiu aos projectos do Centro para 2003 e para os próximos cinco anos.

Apresentando o CRPG com um modelo de gestão empresarial para a integração, centrado nas pessoas e onde se está a iniciar a gestão de projectos de Reabilitação. As redes e parcerias do CRPG com o Instituto de Engenharia Biomédica, com a Federação Portuguesa de Centros de Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência, com a European Plattform for Rehabilitation, com a Confederación Gallega de Minusválidos Físicos (COGAMI) e com o Instituto Nacional de Medicina Legal, foram apresentadas como mais valias no trabalho desenvolvido.

"Aguarda-se para breve um projecto de construção de um Centro similar em Vigo, em que o CRPG ajudará o governo galego e a COGAMI na implementação", referiu Jerónimo de Sousa.

O director do Centro realçou o trabalho de equipa dos 118 colaboradores, em que "o que importa é o potencial de competência".

"Apostamos muito na formação dos técnicos e no desenvolvimento de competências", lembrou Jerónimo de Sousa.

Perante os números que evidenciam um crescimento sustentado ao longo de 11 anos, Jerónimo de Sousa apresentou os projectos para este ano.

Apurar o modelo de gestão, com a aplicação de um código de ética, atendendo ao plano estratégico do Centro e observando o regulamento interno, é um dos objectivos apontados. Para este ano estão a elaborar um Sistema de Gestão da Qualidade que, segundo o director, "em Portugal não existe na área da Reabilitação".

O Centro vai candidatar-se à marca internacional de qualidade EQRN, a nível europeu, na continuidade do sistema de gestão de qualidade a desenvolver.

"O capital mais importante do CRPG é o conhecimento, pelo que apostamos nas pessoas e temos um sistema integrado de gestão das pessoas pelas suas competências", acrescentou.

Maior e melhor ajustamento dos serviços aos clientes, mobilizando as tecnologias de reabilitação necessárias para promover a qualidade de vida, é um dos passos essenciais para a prossecução dos objectivos do CRPG. A aposta na vertente da deficiência adquirida, na empregabilidade e emprego, e na consultoria especializada às estruturas de formação e emprego, é outra perspectiva da acção do CRPG a curto prazo.

Incrementar a meritocracia - valorização do mérito demonstrado pelos funcionários e técnicos do Centro - e manter a curiosidade e a abertura à mudança, "com gosto pelos

clientes e busca continuada pelo sucesso", são etapas que o Centro considera para os seus trabalhos a longo prazo.

Nos projectos está incluída a família, como parceiro na Reabilitação, bem como o avanço da instituição para a comunidade, de acordo com o desenvolvimento do Sistema de Gestão da Qualidade.

Para 2003, o CRPG vai aumentar o seu posicionamento junto de clientes com deficiências adquiridas e com deficiência visual, bem como no domínio da ergonomia e acessibilidade, emprego protegido, comercialização de ajudas técnicas e consultoria especializada a empresas e instituições.

Promover e divulgar a imagem do Centro, apostar na satisfação do cliente e na quali-

dade dos serviços, com inovação e rentabilização da capacidade de trabalho, incrementando a produtividade e o desempenho e desenvolvimento dos colaboradores, são metas a atingir este ano.

Aumentar o nível de autofinanciamento até 18 por cento é outro objectivo do que está programado no Centro.

Em nome da ADFA, Patuleia Mendes, presidente da DN, reiterou a "confiança nos associados que participam nos novos órgãos" e realçou o "esforço da equipa e a sua capacidade de trabalho".

No encontro estiveram representantes das delegações de Famalicão, Lisboa, Porto e Viseu. •

RV

"Da Análise à Reparação do Dano Corporal"

O CRPG organizou, com a Delegação do Porto do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML), com a Associação Portuguesa de Avaliação do Dano Corporal e com a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, o Workshop intitulado "Da Avaliação à Reparação do Dano Corporal - Da nova perspectiva metodológica", no dia 28 de Fevereiro, em Arcozelo, Vila Nova de Gaia.

Foram apresentados e debatidos os objectivos da avaliação e reparação do dano corporal no âmbito do Direito Civil, o caso de um traumatizado vertebro-medular por

acidente de viação e as novas dimensões da avaliação do dano corporal.

O director do CRPG, Jerónimo de Sousa, falou sobre a avaliação, a reabilitação e a reintegração.

A reacção do direito e das seguradoras face à nova perspectiva metodológica foi o último tema apresentado.

Participaram no encontro profissionais ligados às áreas da medicina, direito e seguros (sobre sinistros), assim como colaboradores do CRPG. •

RV



TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA

Há mais de 20 anos, a qualidade e a melhor impressão

TODO O TIPO
DE ARTES GRÁFICAS

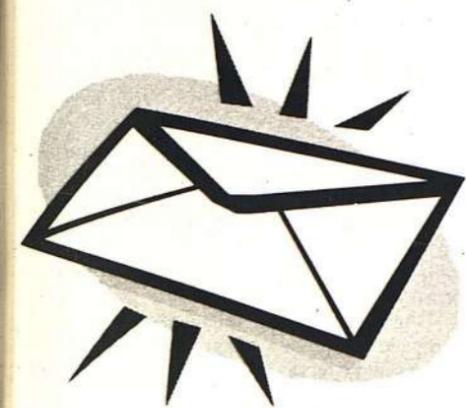
Fotocomposição / Offset / Montagem / Tipografia

Largo do Outeirinho da Amendoeira (ao Campo de Sta. Clara) 1100-386 LISBOA

Telefs.: 21 882 24 80/1/2/3 • Fax: 21 882 24 86

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações ofensivas, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

Dada a extensão de algumas cartas, vemo-nos obrigados a publicar apenas o essencial das mesmas, considerando sempre a data de chegada desses textos à Redacção.



Facultam-me a entrada?

Durante mais de 15 anos frequentei a ADFA no bonito edifício no Largo de S. Domingos, uma vez que trabalhava nos Restauradores, dando-me a possibilidade de almoçar por lá algumas vezes. Nado e criado em Lisboa, naturalmente que estava por dentro de tudo. Hoje, aposentado há 11 anos e a viver nesta bonita Vila, Lousã, há cerca de oito anos, estou afastado de muitas coisas que por aí passam!! Por exemplo: os amigos ainda servem aquelas boas refeições?

Ainda praticam desporto? As novas instalações são boas e bonitas? Devo dizer-vos que não vi ainda! As novas instalações por razões óbvias. Se eu passar por aí, facultam-me a entrada? •

Orlando Cancela

Nota do Director: Ficámos sensibilizados com a sua amável carta e de sabermos que podemos contá-lo como um dos bons amigos da ADFA.

Quando vier a Lisboa teremos todo o gosto em recebê-lo na nossa nova Sede e, desde já, fica convidado para almoçar no nosso restaurante.

Furriéis

Não tendo recebido qualquer resposta às minhas duas mensagens dirigidas ao nosso Presidente, penso que a mesma foi respondida através do ELO.

Mais uma vez a preocupação com os Segundos Sargentos que não ponho em causa, e pela primeira vez uma referência aos Furriéis, como tendo uma perda relativa.

Em 1999 fomos equiparados a Cabos de Secção embora em escala separada e pela Lei de Outubro quando se previa a regularização das desigualdades entre Postos, ficamos abaixo de Cabo. Será isto uma perda relativa?

Será porque somos apenas um pequeno grupo de mais ou menos duas dezenas que por alguns meses não fomos promovidos, que em 1999 nada foi feito quando fomos igualados a Cabos e agora que o Posto foi extinto e ficamos abaixo de Cabo de Secção, apenas 4 meses após a publicação da Lei, através do ELO informam que vão reunir com a Associação Nacional de Sargentos e com os sócios para estudar soluções.

Sugestão: Sendo um grupo tão pequeno, e com a extinção do Posto, não diz a Lei, que o mesmo não pode ser prejudicado e deve ser integrado no Posto acima.

Agradecia que no próximo ELO, a nossa situação fosse esclarecida e quais as medidas já tomadas pela Direcção da ADFA. Um abraço, •

Luis R. Silva

Resposta a um pulha que, no forum TSF, se diz DFA

Sou Deficiente das Forças Armadas com 60 por cento de incapacidade e revoltou-me ler este depoimento dum homem que, ou é louco ou é pago por alguma facção que só pretende denegrir a imagem daqueles que foram para a Guerra do ultramar perder os melhores anos da sua juventude, a sua saúde, física e mental e alguns, a própria vida.

Fui voluntário, para a Força Aérea em 1969, com 19 anos, não para ganhar dinheiro mas para fugir ao Exército e à enorme possibilidade de ir bater com os costados no mato. Durante três meses de recruta e mais nove meses a tirar a especialidade ganhava 90 escudos por mês, depois durante ano e meio ganhei 600 escudos como 1º cabo especialista.

Em Janeiro de 1972 fui mobilizado para a Guiné, e passei a ganhar 2.030 escudos (já com o subsídio de risco de voo, pois era mecânico de helicópteros).

Durante os dez meses que prestei serviço (fui ferido após esse período), fiz muitas operações de evacuação de feridos e mortos, situações de puro terror com homens sem pernas, sem braços, cegos, homens que decerto não louvam, hoje em dia, esses momentos "felizes".

Imaginam a sensação de ser pedido apoio a uma emboscada na mata, pedirem a recolha de homens feridos em combate, e quando salto do helicóptero, com a maca nas mãos, não vejo nenhum ferido e pergunto por ele, ao que me apontam uma bota com um pé lá dentro que é tudo o que resta do seu camarada que pisou uma mina armadilhada?

Fui ferido, a fazer uma evacuação, com um tiro na artéria femural que me obrigou a ser submetido a quatro intervenções cirúrgicas num espaço de 25 dias ficando, além do problema vascular e neurológico da perna, também com um descolamento de retina provocado talvez pela queda, talvez pelos bombardeamentos que sofri durante os mais de 30 minutos que fiquei debaixo do fogo dos nossos aviões, pois a nossa tropa, após eu ter sido atingido, ficou debaixo dum fogo cerrado que vitimou muitos dos nossos militares.

Evacuado para a Metrópole, como se dizia na altura, com 35 quilos a menos, com uma hepatite tóxica (tomava 39 comprimidos de antibióticos por dia), com paludismo e completamente paralisado, estive mais de três meses acamado no Hospital Militar Principal, saindo ao fim desse tempo agarrado a duas canadianas sob o espectro de me amputarem a perna esquerda na sua totalidade.

Após mais de seis meses consegui, com muita luta e alguns apoios, o internamento no Sanatório Dr. José de Almeida, em Carcavelos, onde fui operado, não sem antes ter que chamar filho de puta e dar com a canadiana na secretária dum Brigadeiro, Chefe dos Serviços de Saúde da Força Aérea, que dizia que a única hipótese que eu tinha era a amputação e que, se eu me recusasse a tal, me expulsava da tropa sem direito a tratamentos médicos e à reforma de incapacidade.

Desde esse ano de 1974 já fui operado mais três vezes à perna, visto que da vista não há nada a fazer.

Hoje tenho uma reforma de invalidez, tenho facilidades na aquisição de viatura própria, reformei-me do banco onde trabalhava, mas tive que pagar 1003 contos para me contarem o tempo de tropa.

Não considero que fui ou estou a ser beneficiado com a minha ida à Guerra, não creio que o meu pai se fosse vivo (morreu com 56 anos com um acidente vascular cerebral) se considerasse beneficiado depois de lhe terem dito que o filho tinha morrido na Guiné, mais tarde lhe tenham dito que afinal estava vivo mas sem uma perna e que finalmente quando me pode ver, após dois meses, só viu um farrapo humano amarelo, esquelético, paralisado, abandonado pela mulher que disse não estar disposta a viver com um aleijado para o resto da vida.

Não creio que os pais das dezenas de homens que transportei de helicóptero para o Hospital Militar de Bissau, ou dos que simplesmente morreram nas matas da Guiné, Angola e Moçambique se sintam, se ainda forem vivos, ou se tenham sentido gratos e felizes com o que aconteceu aos seus filhos.

Por último gostaria que o pulha que escreveu o comentário de 09/02/2003 tivesse a coragem de se identificar e identificar todos os seus camaradas de armas que segundo ele diz também são vigaristas, para que fossem obrigados a repor tudo o que, ao longo dos anos, vêm roubando ao Estado. •

Nuno Almeida

Nota da Redacção: Esta carta foi também enviada para o forum TSF, onde está disponível. O autor enviou esta carta ao ELO em resposta ao comentário "O Direito à Indignação", de Nuno Santa Clara, publicado na última edição do ELO, na página 12

Suavizar Malefícios da Idade

Chegado a esta fase da vida, dou-me conta como afinal certas faculdades vão declinando.

As idades aí estão a lembrar as necessidades que alguns já sentem e que a outros surgirão num horizonte temporal próximo.

Em matéria tão sensível, é fundamental que aos que como eu desconhecem as estruturas e serviços de apoio de que podem ou poderão vir a usufruir, lhes seja transmitida essa realidade, com clareza, para que possam fazer contas à vida e, a partir daí, agirem em conformidade.

Para tanto, incumbe à ADFA promover

a conveniente e atempada divulgação dos meios já ao dispor e respectivas localizações, dos que estão a ser criados e dos projectados, nos últimos dois casos com indicação, para além da localização, das datas prováveis de utilização.

Sem dúvida que o desejável e justo é que tais apoios, estejam próximos dos que deles carecem, pois desenraizar pode revelar-se constrangedor e não é sensato resolver um problema com a criação de outro.

Nesta concepção, os indispensáveis serviços que assegurem a prestação de cuidados adequados, têm de incorporar estratégia e meios que garantam os mesmos benefícios a todos os associados de modo a que nem um fique deles arredado.

Claro que a dispersão geográfica dos associados não facilita a tarefa, mas encontrar as indispensáveis soluções, é desafio para ser cabalmente ganho.

A equidade entre os deficientes militares não pode confinar-se a mero exercício de retórica, é antes principio fundamental a ter como objectivo inalienável cujo prosseguimento não pode ser negligenciado.

Aguardo, pois, as oportunas elucidações sobre as questões suscitadas, na convicção de que tudo está e vai ser feito, com o maior empenho e dedicação, para que os resultados se mostrem condignos.

Se na juventude a paz foi perturbada pela jornada colonial, e depois com as consequentes sequelas, que a derradeira etapa seja vivida com a possível serenidade e sem sobressaltos.

Porém, tal estado de alma só será satisfatoriamente alcançado quando questões importantes, ainda pendentes, se mostrarem resolvidas, o que cronologicamente já devia ter sucedido antes de confrontados com a problemática em apreço.

João Santa Rosa

Os Esquecidos da Pátria

Ó Pátria Entre as Brumas da Memória/Ó Pátria Sente-se a Voz Daqueles Que Tu Elegeste/Herdeiros de Outro Passado/Os Teus Egrégios Avós/Que Hão-de Guiar-te à Vitória/Ó Pátria! Porque Juraram Defender-te Até ao Último Sopro de Vida/Até à Última Gota de Sangue.

Entre as Brumas da Memória/Ó Pátria!/Que Nem Querem Admitir/Que Lhe Estejas a Ser Madrasta/Porque de Filhos Lhes Chamaste/E Lhes Deste Alento e Coragem/Nas Horas Difíceis Vividas Entre as Matas e Bolanhas/Em Terras Desconhecidas/E Que Por Causa Disso/Carregam Com os Estandartes e Trofeus/Que Tu Com Muito Cuidado/Quiseste Esconder/Quando Continuamos a Reclamar/Direitos Adquiridos

Entre as Brumas da Memória/Ó Pátria!/Foste Madrasta e Mãe/Foste Mulher e Amante dos Teus Egrégios Avós/Ó Pátria!

Ricardo de Almeida



A meu ver... *

Inácio Graziña

Em 3 de Dezembro de 2001, o Conselho da União Europeia aprovou a decisão que declara o ano 2003 como Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, por constatar que, na Europa, há barreiras múltiplas à integração plena dos cidadãos portadores de uma deficiência e ainda existem situações de discriminação.

Claro que muitas destas situações não são intencionais. É que, como alguém dizia, "as pessoas com deficiência são cidadãos invisíveis. Ninguém dá por elas, não as têm muito em conta quando se organiza a vida em sociedade".

Na habitação, nos serviços, desde a saúde aos tribunais, escolas e outros edifícios da administração pública central, regional e local, salas de espectáculos e outros recintos para actividades sócio-culturais, passeios e parques públicos, cabinas telefónicas e correios, bancos, etc., etc., por toda a parte se levanta uma multiplicidade de barreiras e obstáculos de todo o tipo, materiais, psicológicas, culturais que impedem ou dificultam a vida do cidadão portador de deficiência.

É certo que os "Anos de...", os "Dias de..." mais do que resolver problemas se destinam a fazer crescer a consciência da sua existência.

O Ano Europeu das Pessoas com Deficiência também não vem resolver os múltiplos problemas, mas, pelo menos que sirva para se tomar consciência da existência de cidadãos com necessidades especiais, e cujos direitos não são respeitados em tantos domínios, apesar de consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Constituição da República. Direito à integração social, ao casamento e à paternidade, ao trabalho e ao lazer, à saúde e à educação, etc...

Em 1997 foi publicado o diploma legal (Decreto-Lei 123/97 de 22 de Maio), que exigia a eliminação de barreiras arquitectónicas e urbanísticas num prazo de 7 anos, nos edifícios públicos e impunha regras para as novas construções. O prazo está a acabar e pouco ou nada se tem avançado nesse domínio.

Não interessa aqui saber quem é responsável por esta situação.

Mais do que apurar responsabilidades, é urgente que nos apercebamos deste estado de coisas e que por todos os meios, todos nós façamos um esforço no sentido de remediar a situação e contribuir, cada qual, para a remoção dos obstáculos, materiais, sociais, económicos, culturais que impedem ao cidadão portador de deficiência usufruir de uma vida com qualidade e exercer na plenitude, os direitos de cidadania que a Constituição da República Portuguesa, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e, acima de tudo, a sua qualidade de pessoas lhes conferem.

A meu ver disto andamos um tanto distraídos. Porém o assunto diz respeito a todos. *

* Artigo publicado no Jornal Brados do Alentejo de 21 de março de 2003



Director: José Diniz

Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610
E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



ADFA reclama

Não impedida a guerra, reclamamos a paz imediata!

O que não queríamos, e em que não acreditávamos, rebentou: o desrespeito pela ordem mundial e pelo direito internacional decidiu a invasão do Iraque!

A razão da força não esperou a voz avisada da força da razão, sendo contudo certo que a mesma força também amarfanha, há décadas, a razão do povo iraquiano, vítima do horror da opressão e agora da guerra da "libertação".

A estas andanças da agressão, pode bem aplicar-se a frase de Newton, "acção gera reacção, sempre com igual intensidade e em sentido inverso", pois de terrorismo, luta contra ele, e recrudescimento de ambos, fica sem definição, tal como na questão do ovo e da galinha, a responsabilidade cronológica de quem age, reage e contrareage.

Não pode aceitar-se, porém, que se ignorem as convenções internacionais, para desencadear uma guerra, e se evoquem as suas disposições, para efeitos da aplicação das normas respectivas, no que se refere a tratamento de prisioneiros e julgamento de crimes de guerra. É triste e lamentável encarar tal dualidade de critérios, sobretudo por parte de países que rejeitaram assinar o protocolo de submissão ao Tribunal Penal Internacional.

Os mentores desta ofensiva militar não agiram com mandato expresso da ONU, esqueceram a sua "Carta" e a função equilibradora do Conselho de Segurança, dividiram a Europa e a NATO, optando por acção bélica, em detrimento da concessão de mais algum tempo à diplomacia. Pode afirmar-se que, neste xadrez desumano, a guerra está a ganhar em todos os tabuleiros.

Desta vez, como de tantas outras, a

Associação dos Deficientes das Forças Armadas condena e repudia o recurso à guerra, como modo de resolução de conflitos, a opressão dos povos e o atropelo dos direitos humanos: a guerra e a justiça não são troncos da mesma árvore!

Tomámos aquelas posições por actos públicos e intervenção em reuniões da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC/VWF), em relação a Timor, Moçambique, Angola, conflitos israelo-palestino e dos Balcãs, actos de terror de 11 de Setembro de 2001, tal como, com referência à já denominada 2.ª Guerra do Golfo, exprimindo a nossa preocupação pelo eclidir deste conflito, sem estarem esgotadas todas as possibilidades, diplomáticas e de inspecção, constantes da Resolução n.º 1441 do Conselho de Segurança da ONU.

Segundo o "New York Times", existem actualmente duas únicas super-potências, os Estados Unidos e a opinião pública mundial; porém, a primeira detém as armas, a segunda o sentir das gentes que, por vezes confrontadas com a força policial, não deixam de clamar contra aquilo que não aceitam; lá diz o poeta, "a razão, mesmo vencida, não deixa de ser razão!".

Com décadas de convivência com marcas físicas e psíquicas da guerra, rejeitamos os mortos e feridos, militares e civis, vítimas dos "actos cirúrgicos" de qualquer conflito, ou da cobardia terrorista, sabendo que à estratégia geo-política ocidental interessa o "controlo" do armamento e da "democracia" do Iraque, transformando-o em "eixo" de contenção de outras ditaduras daquela região do globo, numa área de constantes e intensos conflitos,

29º aniversário da ADFA

Segundo o ELO apurou junto da DN, as comemorações do aniversário da ADFA no corrente ano terão lugar em Lisboa, "por força de se pretender um conjunto de actividades mais modesto, quer por razões financeiras, quer para que se encare com grande efeito a celebração do 30º aniversário, que decorrerá no ano de 2004, e para cuja organização a DN vai propor a constituição de comissão própria".

De acordo com o presidente da DN, as actividades do corrente ano desenvolver-se-ão na Sede Nacional do seguinte modo:

Dia 14 de Maio, quarta-feira, pelas 18h00, Sessão Pública, com a previsível presença do ministro da Defesa Nacional e do secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, seguida de Porto de Honra.

Dia 17 de Maio, Sábado, pelas 12h00, concentração para almoço-convívio.

O programa mais detalhado será entretanto divulgado junto das delegações e difundido na próxima edição do ELO. *

para cuja conjuntura também não é despidendo o contributo do "ouro negro".

Estatutária e solidariamente contra a guerra, que a prudência internacional não teve capacidade de evitar, a ADFA reclama um acordo imediato de paz, que a opinião pública e o concerto das Nações têm o dever de conciliar, em nome do futuro deste ofendido planeta. *

A Direcção Nacional

Em sequência das posições anteriores da ADFA, desde a aprovação da Resolução n.º 1441 do Conselho de Segurança, remetido às mais altas individualidades do Estado e comunicação social, em 28 de Novembro de 2002 e 14 de Fevereiro de 2003, a Direcção Nacional enviou recentemente ao Presidente da República uma comunicação, cujo teor se transcreve:

"Excelência,

Aberta a abominável crise que conduziu para a área bélica a tentativa de resolução de um diferendo que todos esperávamos ver clarificado pela via pacífica e pela razão do diálogo, a Direcção Nacional da Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA expressa o mais alto respeito a Vossa Excelência pelas palavras de serenidade, bom senso, mas de justificada preocupação quando se dirigiu ao povo português imediatamente a seguir ao início do conflito que opõe as tropas américo-britânico-australianas às forças armadas iraquianas.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência os meus mais sinceros e respeitosos cumprimentos.

O presidente da Direcção Nacional da ADFA, Cândido Manuel Patuleia Mendes" *



RENAULT

- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m².
- ▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
- ▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA